

POBREZA HABITACIONAL EM PORTUGAL

DESAFIOS E VULNERABILIDADES



OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza



PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

01	Introdução	05
02	Os participantes	06
03	Caracterização dos alojamentos familiares e regime de ocupação	10
04	Peso dos custos com a Habitação	20
05	Privação Habitacional e Pobreza Energética	28
06	Recomendações das pessoas	42
07	Conclusões e Notas Finais	46
08	Glossário	48

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Pobreza habitacional em Portugal: desafios e vulnerabilidades

AUTOR

Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza

EDIÇÃO

EAPN Portugal

Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto — Portugal

T. 225 420 800

geral@eapn.pt • onpobreza@eapn.pt
www.eapn.pt • https://on.eapn.pt/

ISBN

978-989-8304-98-8

DATA DE EDIÇÃO

2023

POBREZA HABITACIONAL EM PORTUGAL

DESAFIOS E VULNERABILIDADES



"Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar".

Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa.



01 Introdução

Instituído no Artigo 65 da Constituição portuguesa e no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o acesso a uma habitação digna que salvaguarde a nossa privacidade, intimidade, saúde e bem-estar, é um direito fundamental de todo o indivíduo. Mais do que um direito social, o acesso a uma habitação digna e adequada é um fator transformador com implicações ao nível da saúde e autoestima, e por isso indissociável do nosso bem-estar físico e emocional. Apesar da sua importância central no bem-estar individual, são vários os desafios e vulnerabilidades que limitam uma concretização plena do Direito à Habitação em Portugal.

A Lei de Bases da Habitação, publicada em Diário da República a 3 de setembro de 2019, veio estabelecer de forma concreta o papel fundamental do Estado na garantia deste direito a todos os cidadãos. Mas qual tem sido o impacto prático desta ferramenta na mitigação destas vulnerabilidades?

Volvidos três anos desde a promulgação da Lei de Bases da Habitação, ainda no rescaldo da pandemia de COVID-19 e atravessando um dos maiores aumentos da inflação dos últimos 30 anos, o Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (ONLCP) procurou caracterizar e analisar alguns dos principais indicadores relacionados com a vulnerabilidade e privação habitacional, bem como compreender o impacto dessas mesmas vulnerabilidades no seu dia-a-dia das pessoas. Através de um conjunto de entrevistas individualizadas com pessoas a viver em situação de vulnerabilidade. Este livro pretende por isso, não só caracterizar as vulnerabilidades habitacionais que nos dizem as estatísticas, mas também dar voz às pessoas que vivenciam ou vivenciaram na primeira pessoa estas diferentes vulnerabilidades e o impacto destas vivências no seu dia-a-dia.

02 Os participantes

Isabel e José

AVEIRO

Isabel (42) e José (43) têm quatro filhos, vivem no distrito de Aveiro e são de etnia cigana. Apenas o filho mais velho de 23 anos vive autonomamente, os restantes filhos (18, 12 e 7 anos) estudam e vivem com eles. Atualmente desempregados, estão inscritos no centro de emprego e inseridos em cursos do IEFP, mas sentem dificuldade em encontrar emprego por serem de etnia.

Vivem numa habitação autoconstruída, num terreno cedido e utilizado anteriormente como sucata. Devido ao tipo de construção e à instabilidade do terreno onde se insere, a casa apresenta problemas de insalubridade e segurança graves, ameaçando ruir. Vivem nestas condições, pois não conseguem encontrar alternativas de alojamento acessíveis. Se por um lado os seus rendimentos são insuficientes para fazer face aos preços atuais do mercado arrendatário, o facto do serem de etnia é com frequência um segundo obstáculo. Apesar de inscritos para uma resposta de habitação social na câmara municipal local há cerca de 7-8 anos, continuam sem resposta.

João e Maria

AVEIRO

João (36) e Maria (34) têm quatro filhos com 16, 13, 10 e 7 anos, vivem no distrito de Aveiro e são de etnia cigana. Vivem numa habitação autoconstruída, num terreno cedido por um familiar e utilizado anteriormente como sucata. À semelhança do José e da Isabel a sua casa ameaça ruir e apresenta vários problemas de insalubridade, nomeadamente humidade e fraco isolamento térmico. Por estarem constantemente expostos a problemas de humidade e frio, os dois filhos mais novos apresentam problemas de saúde respiratórios.

Não conseguem encontrar alternativas de alojamento acessíveis por não possuírem rendimentos suficientes e também sentem que a sua etnia é um obstáculo que acresce a esta dificuldade. Estão em lista de espera para uma resposta de habitação social na câmara municipal local há 5 anos.

Este trabalho mobilizou um total de 10 entrevistas realizadas a pessoas com diferentes tipologias de agregado. Nesta secção fazemos uma breve contextualização das suas histórias, das suas vivências e vulnerabilidades. Apesar dos nomes serem fictícios, cada história é real. As vozes que reproduziremos ao longo deste livro retratam vivências e vulnerabilidades sentidas na primeira pessoa, mas são também o eco de outras histórias, outras vozes por Portugal fora que poderíamos contar...

Filipe

VILA REAL

O Filipe tem 22 anos e vive com os pais Maria (56) e Manuel (55) numa aldeia no distrito de Vila Real. Vivem numa moradia de xisto, inserida no Parque Natural do Alvão. Gosta da moradia e do local onde vive, mas admite que a habitação necessitaria de algumas obras para melhorar o seu conforto, no entanto dada a inserção da aldeia no Parque natural e o facto de ser uma casa de xisto, não lhes é concedida autorização da parte da Câmara Municipal local para fazerem essas alterações. Dada a localização da aldeia, recebem frequentemente a correspondência com atraso ou têm de esperar durante várias semanas para ver solucionados problemas com o fornecimento de água.

Luísa

VIANA DO CASTELO

A Luísa tem 56 anos, é de Cabo Verde e vive no distrito de Viana do Castelo. É reformada por invalidez. Vive no primeiro andar de um apartamento sem elevador, o que representa um obstáculo, pois apresenta problemas de mobilidade associados a um problema de saúde nos joelhos e ao qual aguarda intervenção cirúrgica. A Luísa gosta de conviver com outras pessoas e de sair de casa. Por isso, os constrangimentos na acessibilidade à sua habitação afetam a sua saúde mental e o seu bem-estar. Desde que a filha se casou que subaluga o quarto a pessoas que não conhece para reduzir o impacto da renda no seu orçamento.

Joana

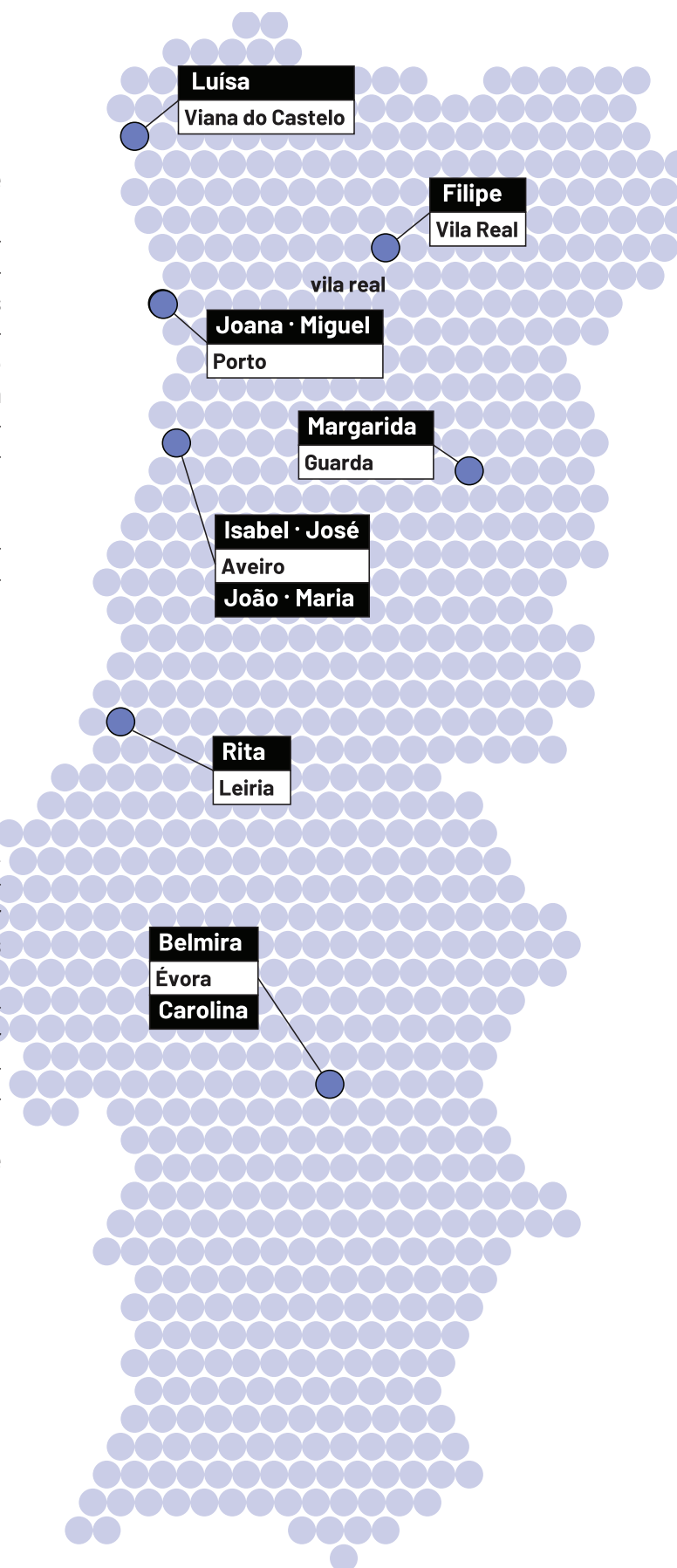
PORTO

A Joana tem 37 anos, a caminho do 38, e vive numa moradia térrea no distrito do Porto. Já perdeu a conta ao número de casas em que viveu desde que se mudou para a região. A moradia onde vive atualmente é um T3 de pequenas dimensões que atualmente divide com uma pessoa. Apesar de trabalhar e não estar em risco de pobreza, partilhar a casa continua a ser a única opção para não hipotecar uma parte substancial do seu salário. A casa, de construção antiga, tem problemas de humidade e isolamento. Gostava de mudar de habitação e ter um espaço só para ela, mas não consegue encontrar na região nenhuma opção que vá ao encontro do orçamento disponível.

Belmira

ÉVORA

Belmira tem 45 anos e vive atualmente com o marido (56 anos), 7 filhos (23, 22, 20, 18, 17, 10 e 2 anos) e um neto (2 anos) numa moradia de tipologia T5, com uma casa-de-banho. Até encontrar esta habitação, que teve de sofrer intervenções para melhorar as condições de habitabilidade, esteve dois anos a viver num apartamento de tipologia T2. Desempregada, o orçamento familiar provém principalmente do rendimento do marido e, esporadicamente, dos trabalhos temporários que a filha mais velha consegue encontrar. Atualmente, o valor da renda constitui cerca de metade do orçamento familiar disponível.



Miguel

PORTO

O Miguel tem 27 anos e vive num apartamento T4 que divide com mais pessoas no distrito do Porto. Demorou cerca de 3 meses até encontrar o alojamento atual, de forma a ir ao encontro do seu orçamento disponível. Nesse período optou por viver com os pais, apesar de a moradia da família ficar a vários quilómetros de distância do trabalho, chegando a ter um acidente de carro motivado pelo desgaste associado a estas deslocações.

Rita

LEIRIA

Rita tem 26 anos, é imigrante e vive com o marido e as três filhas (6, 4 e 1 anos) no distrito de Leiria. Vive numa casa alugada de tipologia T3. Foi enganada pelo anterior senhorio que lhe alugou uma casa, mas no momento da mudança do Porto para Leiria confrontou-se com uma cave. Após uma forte chuvada, a cave inundou e perdeu uma parte substancial dos seus bens, muitos deles difíceis de substituir pelo seu preço ou pelo seu valor sentimental. Agora depende da ajuda de terceiros para poder mobilar a sua habitação. A discriminação por ser de nacionalidade estrangeira foi sentida por si, no acesso à habitação, e pela sua filha mais velha, no pré-escolar. Atualmente, o marido está fora do país para conseguir auferir um rendimento capaz de sustentar as despesas familiares.

Margarida

GUARDA

Margarida tem 79 anos e vive sozinha há 14 anos num apartamento T1 no distrito da Guarda. Vive nesta habitação desde que se casou há cerca de 50 anos. Ao longo dos anos chegou a converter a sala num quarto para os filhos e acolher familiares retornados de Moçambique na sequência do

processo de descolonização, após o 25 de Abril, tendo chegado a viver 11 pessoas nessa mesma casa. A habitação tem apenas uma casa-de-banho, que é metida no vão de uma escada e, por isso, de altura reduzida o que a força a tomar banho e fazer a sua higiene ajoelhada na banheira. Enquanto a saúde lhe permite opta por tomar banho depois das suas aulas de hidroginástica na piscina.

Carolina

ÉVORA

A Carolina é mãe solteira e vive com o filho de 8 anos no distrito de Évora. Vivem num T0 convertido em T2, com quartos sem janelas. Trata-se de uma habitação térrea, inserida num “pátio” e apresenta vários problemas de humidade e desconforto térmico, sendo demasiado fria no inverno e demasiado quente no verão. A Carolina trabalha desde muito nova, mas os baixos salários não permitem criar uma almofada financeira para momentos difíceis e a precariedade laboral não lhe permitiu ter acesso à proteção social quando a pandemia a empurrou para o desemprego. Sem trabalho durante mais de um ano, não conseguiu pagar a renda da sua habitação. Não recebeu qualquer comunicação do advogado oficioso atribuído pela Segurança Social e a ordem de despejo transitou em julgado sem ter tido efetivamente direito à defesa. À data da entrevista, Carolina estava a trabalhar com expectativas de ter brevemente um contrato de trabalho sem termo, mas tinha de encontrar com urgência uma nova habitação. Dada a insuficiência de rendimentos face os preços praticados no mercado imobiliário e a dependência do acesso a transportes públicos, a data do despejo aproximava-se sem que a sua constante procura por nova habitação tivesse sucesso.

03 Caracterização dos alojamentos familiares e regime de ocupação

Os dados dos Censos 2021 oferecem-nos um diagnóstico atual no que remete à caracterização do parque habitacional em Portugal, nomeadamente como este evoluiu na última década. Existiam em 2021 um total de 5 974 697 alojamentos familiares em todo o território nacional, destes a larga maioria (99,9%) inseria-se na categoria de alojamento familiar clássico. Dentro destes, 69% dos alojamentos eram residência habitual e 12% dos alojamentos estavam vagos.

Os alojamentos Não Clássicos¹ representavam em 2021 cerca de 0,07% dos alojamentos familiares em Portugal. Beja (0.4%), Faro (0.2%) e Portalegre (0.2%) eram os territórios onde a proporção de alojamentos não clássicos era maior.

Quando olhamos à distribuição da população acima e abaixo do limiar do risco de pobreza, era entre a população abaixo do limiar de risco de pobreza que havia uma maior proporção de pessoas que eram arrendatárias (31%) e viviam em zonas rurais (34%).

1. Consultar definição de Alojamentos não clássicos no glossário (página 48).

Alojamentos Familiares Clássicos e Não Clássicos

Fonte: INE, Censos 2021

5 974 697

TOTAL DE ALOJAMENTOS FAMILIARES

5 970 655

ALOJAMENTOS CLÁSSICOS

+ 111 115 alojamentos face a 2011

4 042

ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

- 2 750 alojamentos face a 2011

Alojamentos familiares clássicos

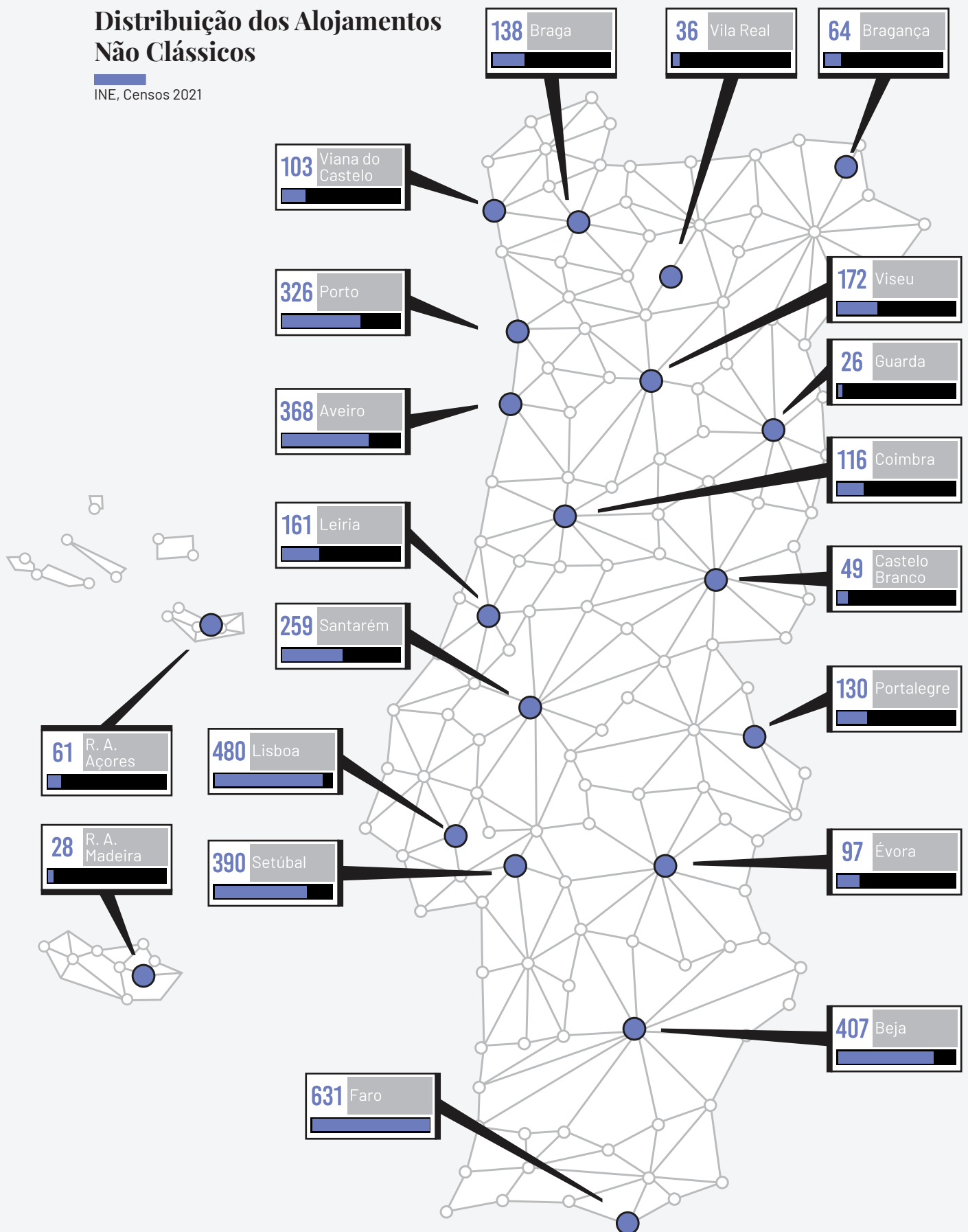
por Localização geográfica e Forma de ocupação

Fonte: INE, Censos 2021

REGIÃO	TOTAL	RESIDÊNCIA HABITUAL	RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA	VAGO
Norte	1 894 930	73%	17%	10%
Centro	1 470 411	62%	24%	14%
Área Metropolitana de Lisboa	1 496 897	80%	10%	11%
Alentejo	472 806	61%	22%	16%
Algarve	391 416	49%	39%	12%
Região Autónoma dos Açores	113 159	75%	12%	12%
Região Autónoma da Madeira	131 036	72%	14%	14%

Distribuição dos Alojamentos Não Clássicos

INE, Censos 2021





Vivência num alojamento não clássico

Isabel:

A gente quando arranjou este terreno então veio para cá. Fiz, de repente, um barranquinho, a princípio. (...) De madeira, para estar um tempinho. Então, aos bocadinhos, também foi a mesma situação de um amigo que nos ajudou, de ir construindo a casinha. Quatro paredes acima... isto uma casa. Quatro paredes acima. Prontos, é um barraco em tijolo.

Prontos, ele sabia levantar paredes e assim. Prontos, eu olhe, até nessa altura, era eu que fazia a massa. O meu marido também me ajudava e era assim.

Isabel e José
AVEIRO

Maria:

A casa está em cima de uma balança. A balança fica no meio. Uma balança de um... Como se chama?... dos camiões grandes?...

João:

Porque este terreno era de um sucateiro, está-me a entender? E eles fizeram aqui, para entrar o caminhão TIR em cima de uma balança e depois sair.

Maria:

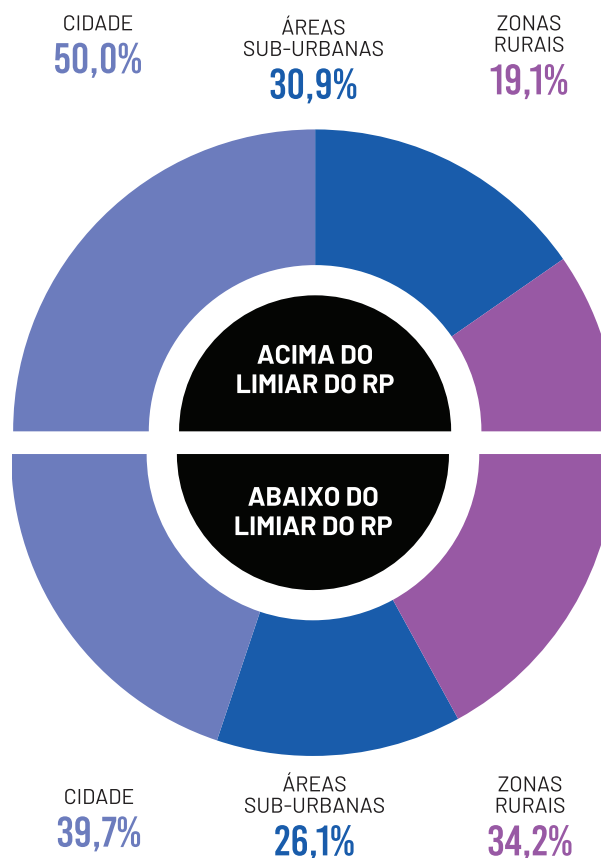
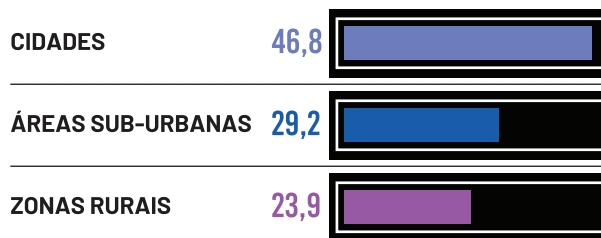
E como está em cima, está a fazer peso e a casa está a abrir. Está toda rachada e pode cair. Os quartos estão todos rachados.

João e Maria
AVEIRO

Distribuição da população por grau de urbanização, tipo de habitação e grupo de rendimentos

Fonte: INE, Censos 2021

Total



(%)* Cálculos próprios. Proporção da população por grau de urbanização ajustada ao grupo populacional acima ou abaixo do Limiar de risco de pobreza



Limitações no acesso a transportes

“Tem transportes coletivos em Castelo de Neiva [local onde teria acesso à habitação social], mas são horas assim muito complicadas e para mim não dava. Porque eu entrava às seis da manhã no trabalho, fazia três horas, depois tinha de ir para casa. Depois, para ir pegar às quatro da tarde, para sair às nove da noite e depois vir trabalhar nas águas, não dava. Não dava. Se é uma pessoa que tem transporte próprio... mas eu não tinha, nem tenho, não dava. Eu disse: “Doutora, aqui perto”. Depois, outra coisa é que eu tenho mesmo de estar nesta área por causa do meu problema de saúde e por causa das convulsões que de vez em quando me dá. E aí eu tenho de estar... não me posso afastar do Centro de Saúde, nem do Hospital. Você tem de ter hospital ou centro de saúde mesmo ao lado.”

Luísa
VIANA DO CASTELO

Consequências do isolamento geográfico em zonas rurais

Filipe: A canalização da água está sempre rebentada.

Como é que isso afeta o vosso dia? Significa que vocês não têm acesso a água?

F: (...) do género, nós dizemos-lhes e eles só chegam lá passado uma semana ou duas, não fazem caso.

E durante essa semana, a água não chega às casas?

F: Chega, mas é muito pouca. (...) Para tomar banho, fazer a comida e pouco mais... e para beber. Não se pode fazer nada. Não tem água suficiente.

E ficam quanto tempo assim, sem ter água suficiente, por exemplo, para lavar a roupa?

F: Depende. Duas, três semanas, às vezes. Temos de lavar à mão.

(...)

Ok. E em relação ao correio, para receberem cartas...

F: Vão duas vezes por semana.

E isso tem algum impacto na vossa vida?

F: Sim, porque, muitas das vezes quando chega a correspondência já tem passados os prazos. (...) Por exemplo, quando foi a minha carta de condução, perderam-na. Tive de pedir segunda via. O livrete do carro, em vez de chegar em duas semanas, chegou um mês atrasado. Fui mandado parar pela GNR duas vezes e nunca me multaram... só que eu disse que ainda não tinha chegado e, as duas vezes, ainda me perdoaram. À terceira vez, já não me iam perdoar se me voltassem a apanhar. Lá está. Eu não tinha culpa, os correios é que chegavam atrasados.

Ok. E isso acontece com frequência, chegarem coisas atrasadas, fora do prazo?

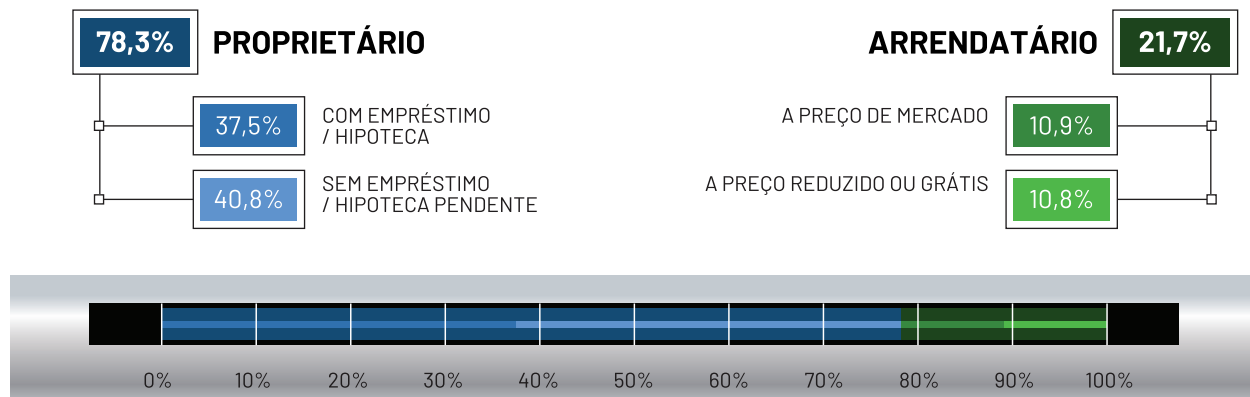
F: É sempre.

Filipe
VILA REAL

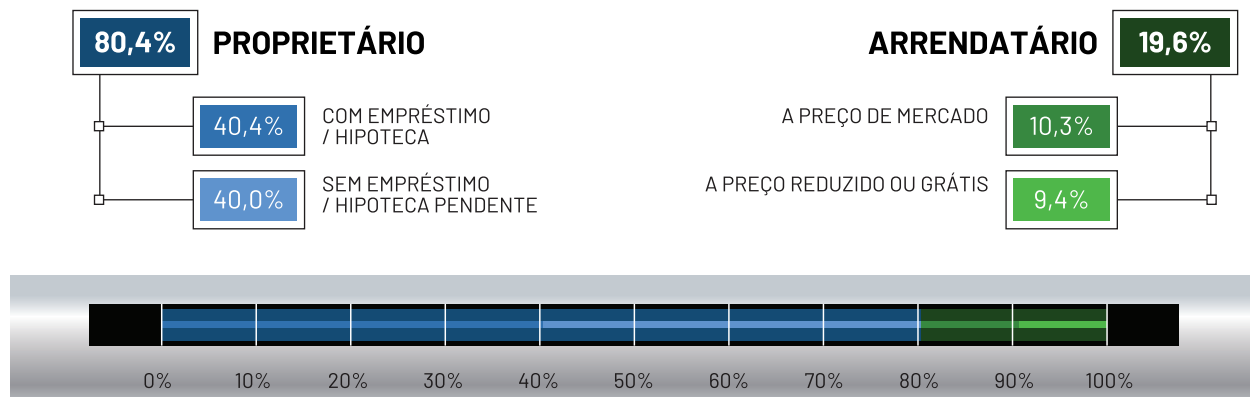
Distribuição da população por regime de ocupação da habitação e por limiar de pobreza

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021

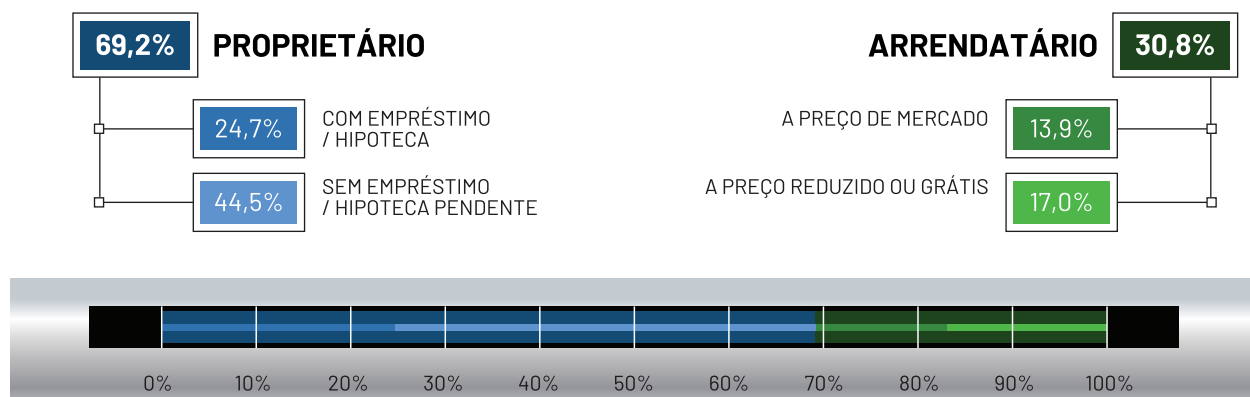
Total



Acima do limiar do RP



Abaixo do limiar do RP







Sobre acesso ao arrendamento / ao crédito bancário

Continua a ser uma opção partilhar casa (...) Se eu quisesse entrar com a compra de uma casa, eu teria de ter ajuda dos meus pais, obrigatoriamente, para conseguir dar a entrada. Por outro lado, neste momento o crédito da habitação é péssimo. É para mim um pesadelo comprometer-me com um crédito habitação neste momento. É um pesadelo, porque depois das duas uma: ou eu fico inteiramente responsável por arranjar depois alguém para entrar naquela casa caso eu queira, por exemplo, sei lá, mudar de país e ir para outro sítio qualquer. E depois as condições em si, as taxas que estão associadas, os valores de entrada, que são muito altos, é muito alto. Portanto, neste momento, é mesmo porque [arrendar] é a única opção.

Miguel
PORTO

José: Sim, mas aqui não alugam. A ciganos, não alugam.

Isabel: O que é complicado.

J: É complicado.

Mas chegaram a tentar? Tiveram alguma experiência?

I e J: Sim, sim.

E querem contar como é que foi essa experiência? O que é que aconteceu?

J: Ligava para lá, para a senhora, marcavam um encontro. Via que era cigano: "Ah, já está alugado!"

Aconteceu isso quantas vezes?

I: Muitas vezes. Umhas duas ou três vezes, ou quatro, já aconteceu.

Isabel e José
AVEIRO

"Eu nunca tive possibilidades de aceder a crédito bancário para habitação porque nunca tive um contrato, nunca tive um contrato a termo certo. Portanto, nunca tive estabilidade em termos de trabalho, em termos laborais para que o banco me pudesse emprestar, 70 ou 80 mil euros para eu poder, com a ajuda dos pais, comprar um apartamento e ter um espaço meu, só para mim. E estar a pagar uma mensalidade muito inferior a um banco do que a mensalidade, o valor de uma renda de uma casa que depois nunca vai ficar para mim. Tendo em conta que não tenho filhos, não tenho, pronto... era um investimento também para a minha velhice para quando precisasse, sei lá, ter alguém para cuidar de mim, e eu ir para um lar, sei lá, vendia a casa e tinha o dinheiro para poder morrer em paz em algum canto.

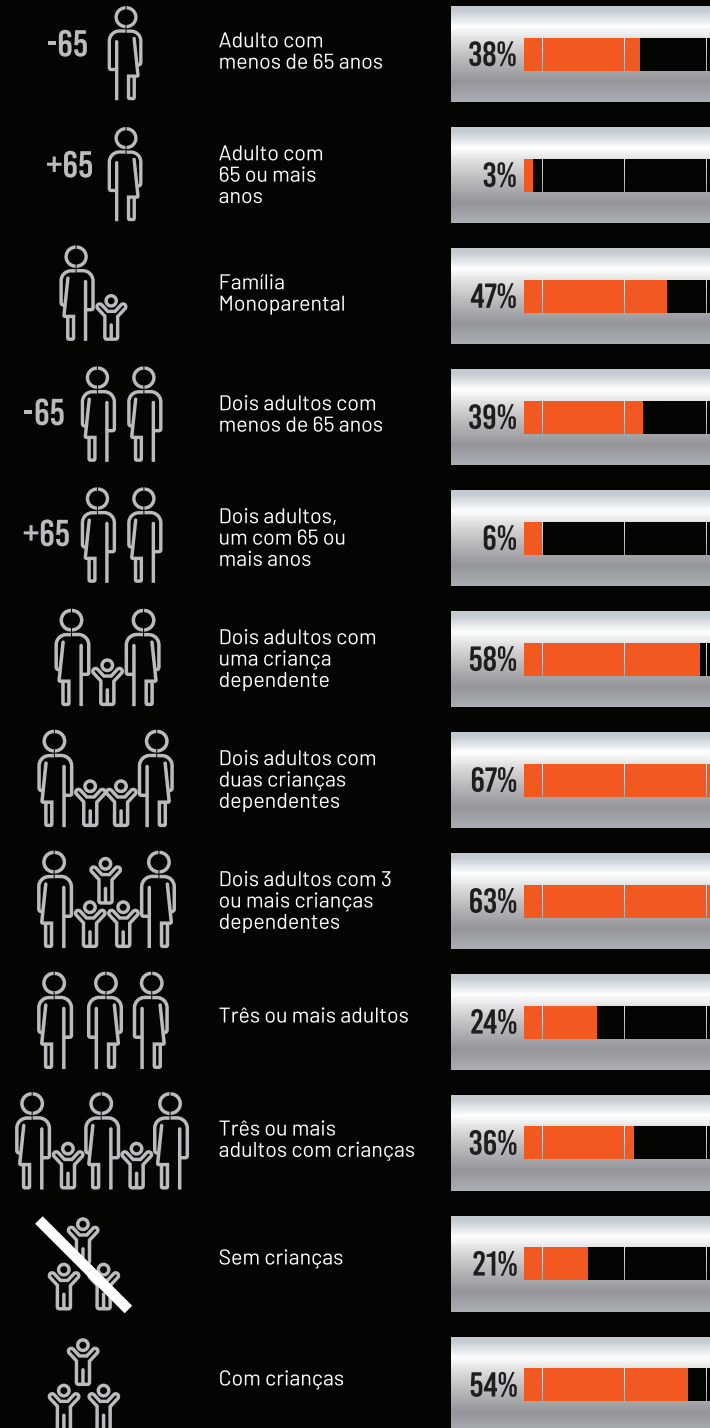
(...)o que eu tenho visto e do que me vou apercebendo a maior parte dos meus amigos que, sei lá, já estão nos 40, poucos conseguiram comprar casa, quase nenhuns. A única opção que resta tendo em conta os valores extremamente inflacionados do mercado de arrendamento... tens de partilhar casa. E não... e estás sempre a adiar essa questão de teres um espaço teu, de teres a tua privacidade, não é, e teres sempre de estar a arranjar solução. E depois a pessoa vai-se embora. Agora, tenho de falar com outros amigos, para ver se alguém precisa ou se alguém vem para cá estudar ou fazer o doutoramento ou vai sair de alguma casa, para ter sempre esta... eu não posso hipotecar dois terços do meu salário com uma casa, com uma renda, não é? Pronto."

Joana
PORTO

Regime de ocupação da habitação por tipologia de agregado familiar

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021

TIPOLOGIA DE AGREGADO FAMILIAR / REGIME DE OCUPAÇÃO DA HABITAÇÃO





04

Peso dos custos com a Habitação

O peso dos custos com a habitação é outra vulnerabilidade que importa analisar. Segundo os dados dos Censos 2021, havia em Portugal um total de 2 900 391 alojamentos familiares clássicos que eram propriedade dos ocupantes. Cerca de 62% dos proprietários não tinham encargos com a habitação e 14% dos proprietários tinham um encargo mensal superior a 400€. Já quando olhamos aos alojamentos familiares clássicos arrendados, havia em Portugal um total de 922 921 alojamentos, 37% destes alojamentos tinham uma renda mensal superior a 400€.

Quando analisamos o impacto destas despesas no rendimento disponível, os dados são reveladores. Segundo o Inquérito do INE às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 5.9% dos agregados familiares em Portugal tinham uma carga das despesas associadas à habitação superior a 40% do seu rendimento, um aumento de 1.8 p.p. face a 2020. Esta taxa de sobrecarga com as despesas associadas à habitação praticamente quadruplica quando consideramos a população no primeiro quintil de rendimento (22%) e triplica quando consideramos agregados compostos por um adulto isolado com menos de 65 anos (15%)

2011 → 2021

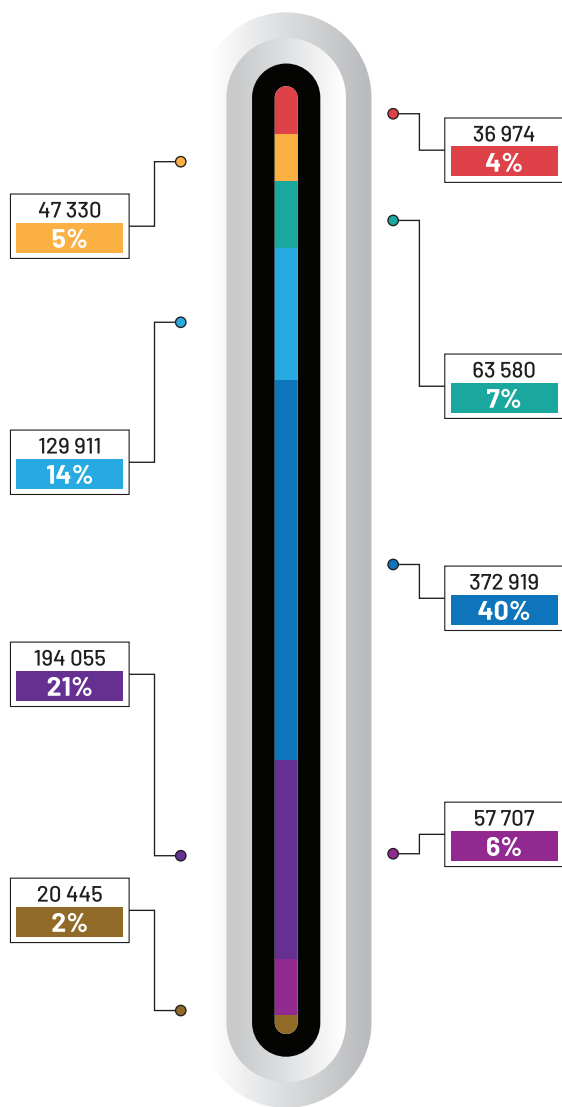
Entre 2011 e 2021 o número de alojamentos com custo de arrendamento superior a 400€ duplicou: se em 2011 cerca de 15% dos agregados tinha uma renda superior a 400€/mês, em 2021 este valor era cerca de 29%.

< 100€/mês

Já a proporção do número de alojamentos com um arrendamento inferior a 100€/mês caiu para cerca de metade, de 32% (2011) para 16% (2021).

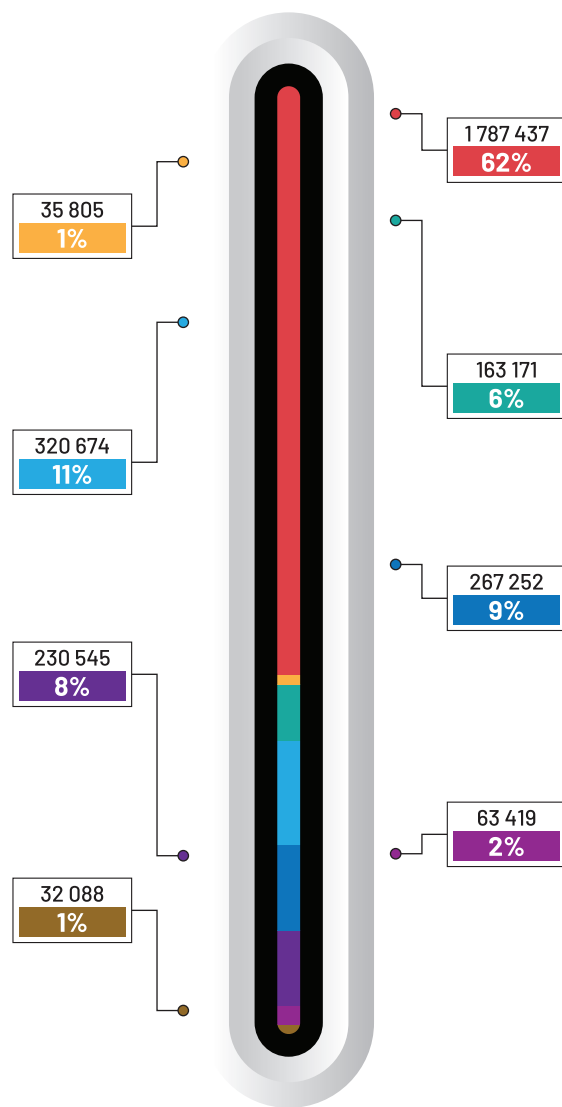
Alojamentos familiares clássicos arrendados de Residência habitual por escalão do valor mensal da renda

Fonte: INE, Censos 2021



Alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade dos ocupantes por escalão de encargos mensais

Fonte: INE, Censos 2021





Sobre peso do custo com o arrendamento

“Agora, se é justo para o valor... pois. [risos] Se eu lhe disser que me estão a pedir por um T1 em Évora 600€ [risos]. Quer dizer, não lhe sei dizer.”

Carolina
ÉVORA

“Para mim sozinha, um T0 já dava. Mas por 600€ não dá.”

Luísa
VIANA DO CASTELO

“Eu não pretendo ficar, sou sincera com você, mais do que um ano nesse apartamento. Eu acho um valor absurdo com a nossa vida. (...) Dentro desse um ano, ele [marido emigrado] vai ter de aguentar lá, a gente vai passar fome aqui. É nítido isso. Se ele vier para cá, não vai dar certo. Pelo que você já está vendo, vai ser um ano muito triste, porque ele está fora, a gente está aqui... (...). Eu estou com a minha vida feita aqui. Porém, eu não tenho um arrendamento em que eu consiga pagar bem e o meu esposo estar junto comigo. 600€ é muito acima do meu orçamento, da vida da gente, totalmente fora do contexto. Se eu pagar um arrendamento de 600€, o meu marido ganhando 900€, você acha que dá?”

Rita
LEIRIA

Carga Mediana das despesas em Habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021

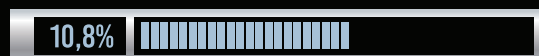
PORTUGAL (TOTAL): **10,5%**

ACIMA DO LIMIAR DO RISCO DE POBREZA: **9,1%**

ABAIXO DO LIMIAR DE RISCO DE POBREZA: **22,9%**

Carga Mediana das despesas em Habitação por nuts 2

NORTE



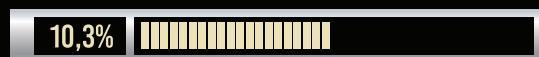
CENTRO



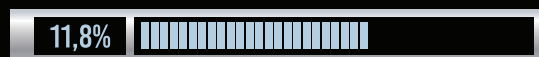
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



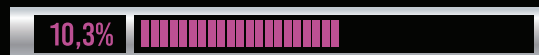
ALENTEJO



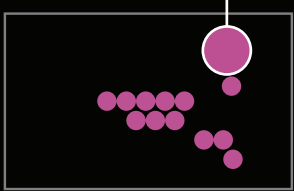
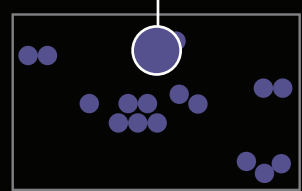
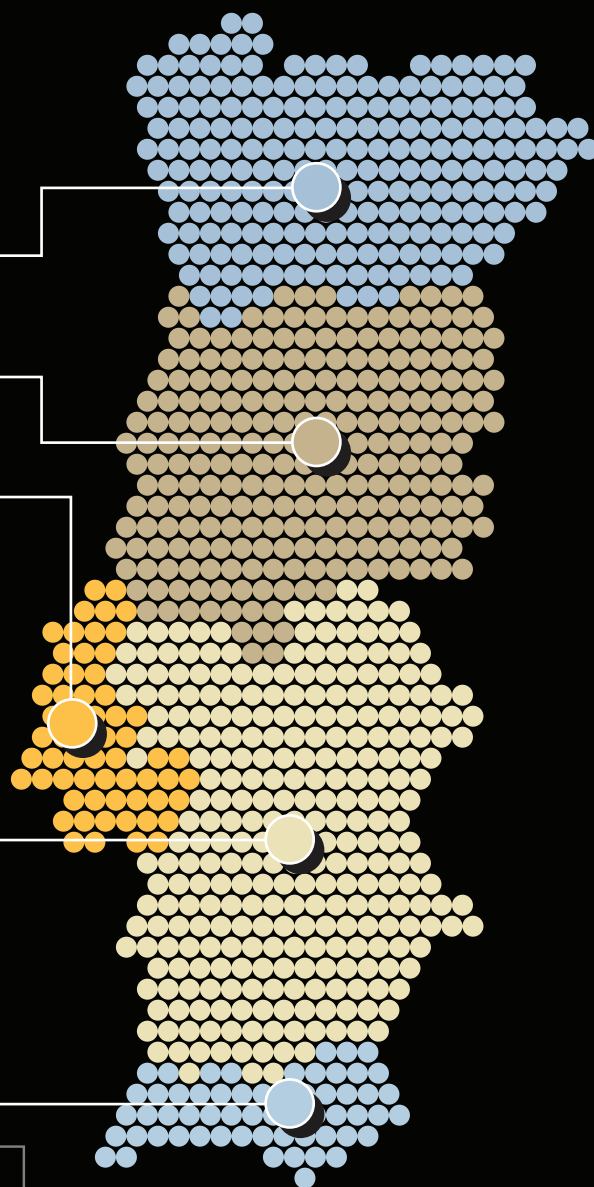
ALGARVE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



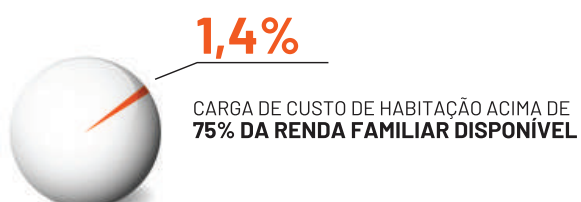
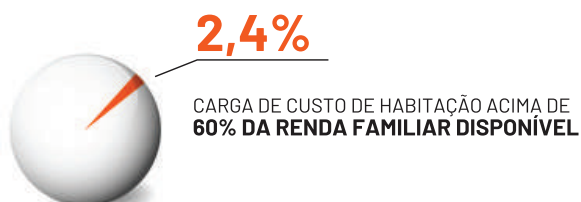
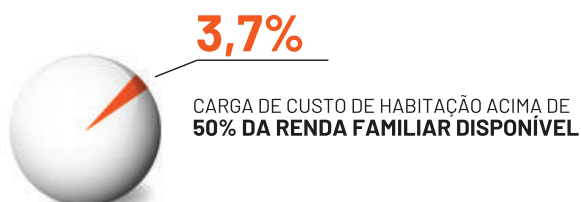
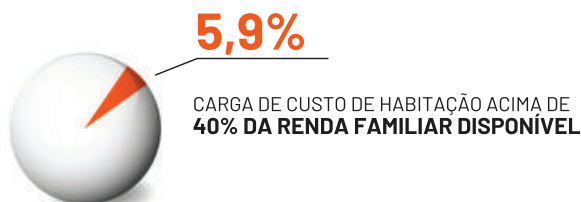
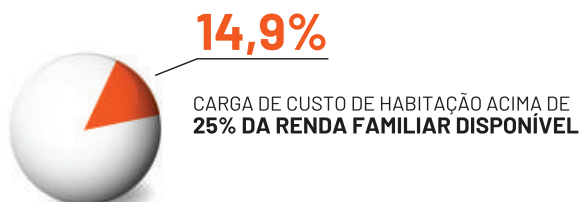
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Distribuição da população por carga de custo das despesas com Habitação

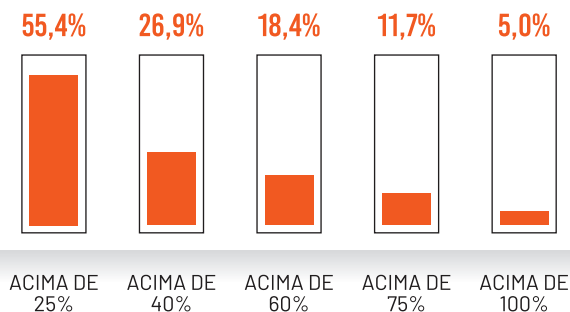
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021

85% Cerca de 85% da população em Portugal tinha uma carga de custo com despesas da habitação inferior ou igual a 25% mas...



Carga de custo das despesas com Habitação em função do rendimento disponível

Arrendatário a preço de mercado

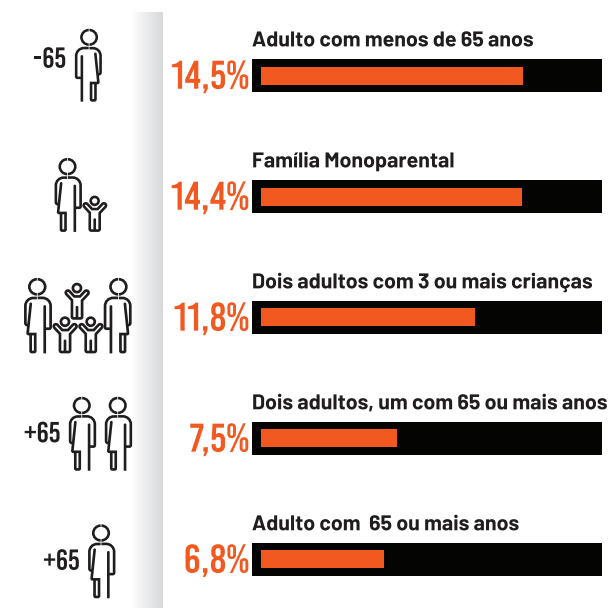


Em 2021, foi entre os arrendatários a preço de mercado que se verificou uma carga de custo das despesas com Habitação mais elevada: cerca de 55,4% tinham uma carga com os custos de habitação superior a 25% do rendimento disponível.

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação

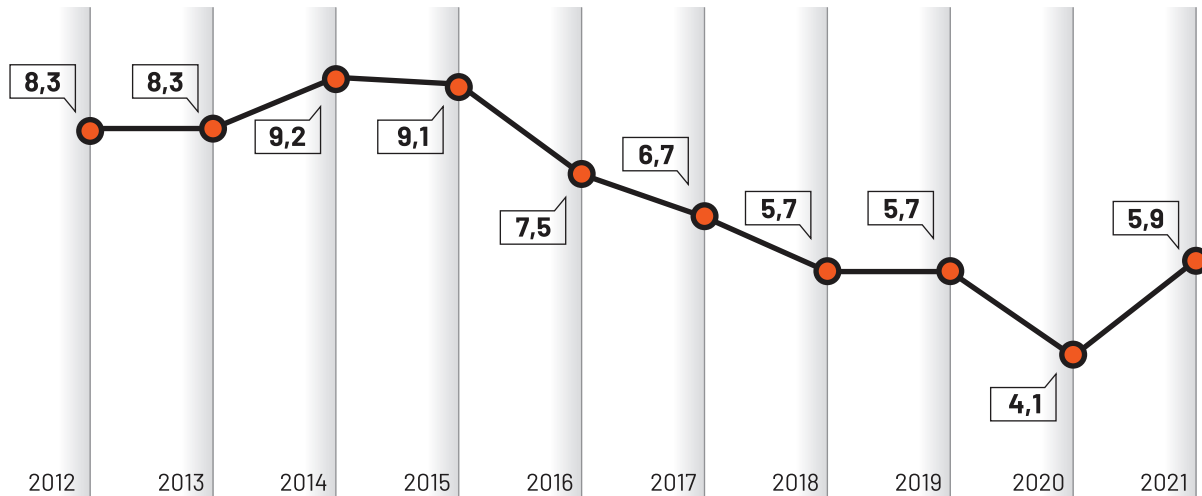
Por tipologia de agregado familiar

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021



Evolução da Taxa da sobrecarga das despesas com a habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021



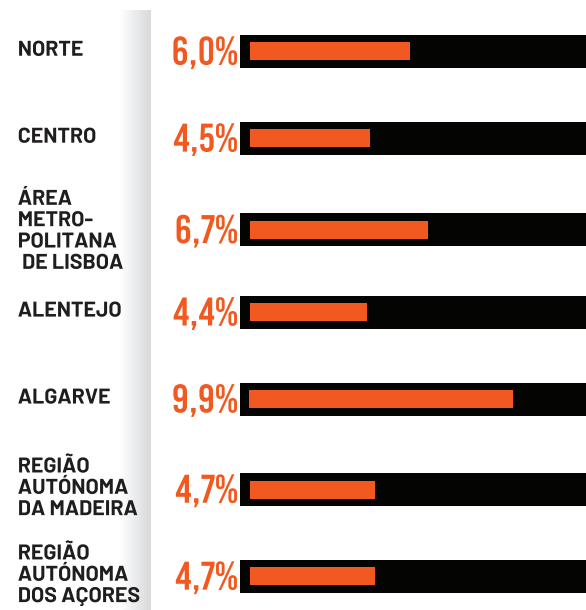
Por Quintil de rendimento

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021)

1º QUINTIL	2º QUINTIL	3º QUINTIL	4º QUINTIL	5º QUINTIL
22,3%	4,0%	2,0%	0,6%	0,3%

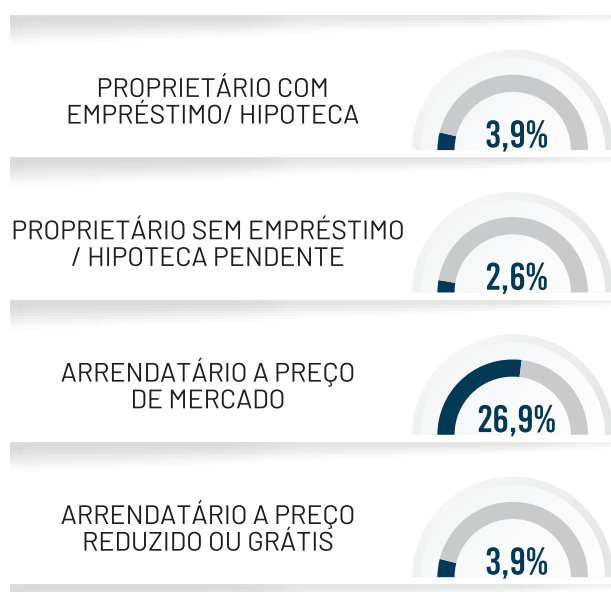
por NUTS 2

Fonte: INE, ICOR 2021



Por regime de ocupação da habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021





Carga e sobrecarga das despesas com a habitação



“Eu agora, para ser sincera, até ao próximo mês, no máximo, tenho de sair daqui, porque tive um ano, um ano e pouco desempregada. E fiquei sem rendimentos, a receber do rendimento mínimo, ou seja, 175€. Para ter uma noção, eu pago por esta casa 205€, se não estou em erro, ou 206€, atualmente. É óbvio que não ia dar. (...)”

O negativo, que é o que eu mais temo, será um dia chegar aqui e ter as minhas coisas todas na rua, que é um trauma para o meu filho. E há aquela possibilidade, que é quase certeza, da Segurança Social ser chamada e o meu filho poder ficar sinalizado. E se não tiver onde ficar... não é? (...) Na melhor das hipóteses, era a HabÉvora ligar-me e dizer-me: “Olhe, como você está em risco de, passamo-la à frente” ou então arranjar um T1 por 300€ ou até mesmo 350€, mas vai ser uma coisa, como é que eu hei de dizer... vai ser quase impraticável. Porque mesmo que eu mude... porque é das duas uma: ou eu vou começar a dever água, luz, ou não vou poder comprar gás ou... não posso deixar de pagar a alimentação do meu filho, não é? Mas não sei como é que vai ser, se é que me faço entender. Porque não estou a ver arranjam-me uma habitação por 200€ ou 250€, para conseguir ir pagando. Não é? Já estou a puxar para os 350€ porque não há nada.”

**Carolina
ÉVORA**

“O apoio que tenho é o abono de família. Não tenho mais apoio nenhum. Lá está, pago a renda, paga-se água e a luz, e o que sobrar é para comida e, se chegar, para a internet. Se não chegar, não há internet nem televisão em casa. (...) Gás também. Nem sempre conseguimos comprar gás. Aquece-se panelas ao fogão e tomam banho assim, porque nem sempre dá para o gás.”

Belmira
ÉVORA

Joana: *Eh, pá, a dividir a casa... com esta divisão de contas e de... uns 300€. Pá, perto de 30% [do rendimento mensal]!*

E1: 30%, dividindo a casa?

J: *Dividindo.*

E1: E incluindo conta da água, luz...

J: *Sim.*

E1: E não dividindo? Se alguém saísse e tivesse que, neste momento, durante um mês ou dois...

J: *la-me absorver bem mais do que 50%.*

Joana
PORTO

“Quando a gente fala: “Ah, o meu marido foi trabalhar fora!”, as pessoas já imaginam que deve estar ganhando um dinheirão. E não, não está. Porque eu pago, só de despesa dessa casa, sem a comida, quase 1 000€. Pago 600€ de arrendamento, 115€ de energia, mais o gás, mais a água, mais a internet. Então, é muito dinheiro envolvido aqui. E é obviamente por falar nisso que você já imagina que o meu marido não pode voltar para Portugal. Porque aqui não se ganha isso. É passar fome.”

Rita
LEIRIA

05

Privação Habitacional e Pobreza Energética

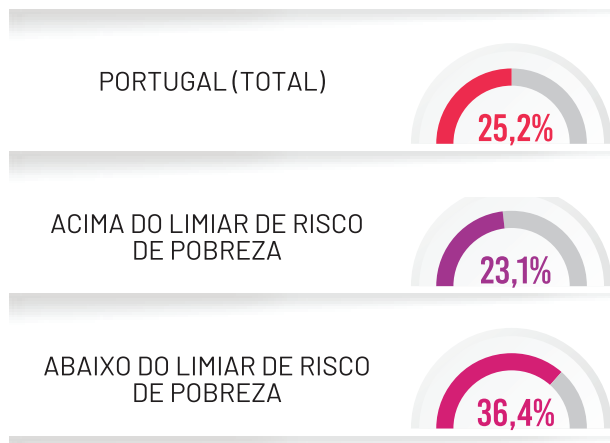
A privação habitacional, que se traduz entre outros aspetos pela análise de indicadores como a taxa de sobrelotação ou a vivência em casas com baixa salubridade (ex. casas com infiltrações, prevalência de humidade, apodrecimento de superfícies) é outra dimensão que importa analisar. Em 2021, cerca de 11% dos agregados familiares em Portugal viviam em situação de sobrelotação habitacional e 25% da população em Portugal vivia em casas com infiltrações, humidade e apodrecimento de janelas e pavimentos. Esta última vulnerabilidade agrava-se para 36% na população abaixo do limiar do risco de pobreza.

Estas vulnerabilidades interrelacionam-se com outra dimensão importante da pobreza: a Po-

breza Energética. Sem uma definição consensual, considera-se que ocorre pobreza energética quando as contas de energia - doméstica ou nos transportes - constituem uma proporção elevada das despesas domésticas dos consumidores, afetando sua capacidade de cobrir outras despesas (ex. alimentação ou o pagamento da renda/hipoteca) e/ou quando os consumidores são obrigados a reduzir o consumo de energia dos seus domicílios, afetando a sua saúde e bem-estar físico e mental. Em 2021, 5% da população residente em Portugal tinha atrasos no pagamento de contas de serviços públicos e 16% era incapaz de manter a sua casa adequadamente aquecida. Estas proporções aumentavam para 14% e 28%, respetivamente, entre a população abaixo do limiar do risco de pobreza.

Proporção da população portuguesa a viver em casas com infiltrações, humidade e apodrecimento de janelas e pavimentos

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2020]



Esta vulnerabilidade agrava-se entre as crianças: 26% das crianças entre os 0 e os 17 anos viviam em casas com infiltrações, humidade e/ou apodrecimento de janelas e pavimentos. Esta proporção aumenta para 39% quando considerando as crianças a viver em agregados abaixo do limiar do risco de pobreza.

Por tipologia de agregado familiar

TOTAL ■ ACIMA DO LIMIAR RP ■ ABAIXO LIMIAR RP ■





Relatos de vivência em casas com infiltrações, humidade e apodrecimento de janelas e pavimentos

Vim de outra casa, não é, e essa casa inundou. Teve uma chuva bem forte, um chuveirão forte, e a casa onde eu estava lá inundou e estragou todas as minhas coisas. Tudo o que eu tinha. Eu estava lá... fazia meio ano que eu estava lá.

Rita
LEIRIA

“Tenho infiltrações dentro de casa. Chove dentro de casa, tem fissuras... tanto que veio cá a HabÉ-vora porque eu estou inscrita, e veio tirar fotografias à casa novamente para ver o estado de deterioração. Por exemplo, na cozinha onde há luz... não sei se foi mau contacto também, se calhar pelas infiltrações, não faço ideia... deixou de ter luz. (...) E chove aqui na parte da sala e na parede do quarto do meu filho, por cima da luz.

E, depois, temos a questão da humidade nos quartos. Já tive de deitar móveis fora porque a parte de trás estava toda húmida, já verde e a cair, por exemplo. E tenho a parede do quarto do meu filho, que entretanto, não sei se também foi por obras ao lado do ginásio, de há dois ou três anos para cá também começou a ficar meio amarelada... Ali um misto de bolor e amarelo, um bocado esquisito, pronto. E pronto, não tem nenhuma passagem de ar.”

Carolina
ÉVORA

José: Olhe ali, só humidade. Aquilo é... eu pinto a parede, passados três meses fica toda preta (...) No inverno, o chão... nasce água. Nasce água.

E como é viver, então, no inverno com essa humidade? Como é o vosso dia a dia? O que é que vocês têm de fazer, o que é que vocês sentem?

Isabel: Muito complicado. Não temos conforto nenhum. (...) Tenho de pôr uma carpete por baixo. Tenho de pôr no sítio onde não seja muito encostado nas janelas, mesmo a parte do meio, que é onde fica um bocadinho assim mais seco. Ou pôr a carpete e de manhã tenho de tirar a carpete, meter assim... para apanhar ar, pronto. Senão, fica tudo húmido, tudo molhado.

Isabel e José
AVEIRO

Maria: Eu tenho dois filhos mais novos. Os mais velhos nasceram saudáveis, porque nasceram na outra casa. Os dois mais pequeninos nasceram com um problema, infeções respiratórias. E o senhor perguntou-me como era a minha casa. Eu disse que a casa tinha humidade, que chovia dentro, pelas paredes. Ele disse que tinham isso por causa das condições da casa. Porque os fungos gostam de coisas húmidas. Depois se acumulavam nos pulmões dos meninos. Eles agora até usam bomba. Usam bomba, usam medicação para os pulmões.”

João e Maria
AVEIRO

Vivência em casas sem banheira, chuveiro ou vaso sanitário de descarga em casa

“Eu nesta divisãozinha que eu estou, quando há muito inverno, de muita chuva, começa a primavera, e que as paredes começam a enxugar, eu ando aqui com um balde e esfregona a apanhar a água. No chão ela borbota, parece que está ali a nascer dois ou três dias. Enquanto a parede não escorre toda, eu apanho aqui a água toda. E quando foi a altura em que fiz as obras, isto era pintado. E o senhor que aqui andou disse: “Olhe, por mais pouco, vale mais pôr azulejo”. (...) Fica-lhe isto isolado, não lhe fica tão húmido e não anda todos os anos a pintar. Fiz tudo com azulejo como ele disse, mas a água rebenta porque vem pela parede abaixo. No chão, mesmo no chão, ela borbulha. Eu ando aqui uma semana e tenho aqui atrás do meu sofá onde me sento, tenho uns farrapos juntos às paredes para me apanharem a humidade. Gostava... é assim, um jeito de tirar as águas, mas aquilo para tirarem as águas têm de pôr um telhado novo. E para isso... não sei, não sei que solução irão dar. E a da vizinha ali do lado ainda está pior do que a minha. Nesse aspeto, ainda lhe chove lá mais do que a mim.”

Margarida
GUARDA

José: Então, no inverno, custa muito, está muito frio.

Isabel: A casa de banho não tenho mesmo em casa.

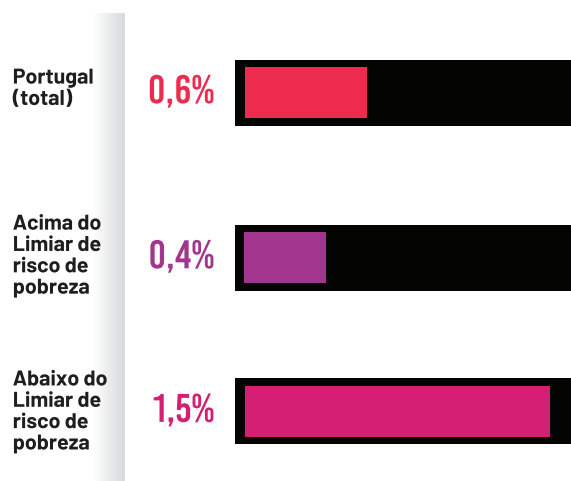
J: Está lá fora.

I: Está lá fora. Para tomar banho e sair da casa de banho para ir para dentro da casa...

Isabel e José
AVEIRO

População total que não tem banheira, nem chuveiro, nem vaso sanitário com descarga em casa

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2020





Relatos de vivência em agregados sobrelotados

“Isabel: Tenho dois quartos. Os quartos são muito pequeninos. Nem que eu queira meter duas camas, por exemplo de solteiro ou assim, não consigo pôr. Tenho até testemunhas que já vieram cá ver e não dá mesmo. A minha filha dorme num e o meu filho de 12 dorme noutro. Eu durmo na sala, entre sala e cozinha é tudo a mesma coisa. Tive de pôr lá uma cama de casal. Para mim e para o meu filho de seis anos. E para ele [marido], faço sempre a cama no chão.”

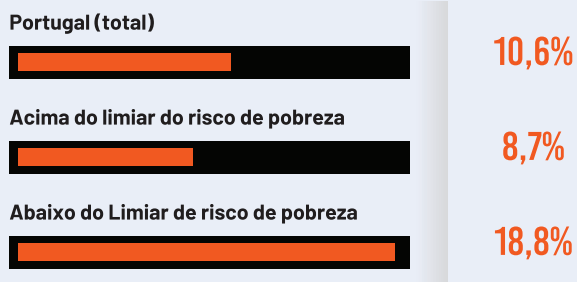
Isabel e José
AVEIRO

“Se eu sinto que possa ter problemas com o acesso à habitação ou a um determinado tipo de habitação adequada... ouvi histórias horríveis de pessoas que estão a ser enfiadas em cubículos e que estão em casas sobrelotadas a viverem 10, 12 pessoas debaixo do mesmo teto em condições que não lembram ao Diabo. Pá, acho que isto... parece-me quase aqueles retratos do Engels das condições de vida do proletariado inglês.”

Joana
PORTO

Taxa de sobrelotação da Habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021



10,6% dos agregados familiares em Portugal viviam em situação de sobrelotação habitacional, um aumento de 1,6 p.p. face a 2020. Em média, esta vulnerabilidade quase duplica quando considerada a população abaixo do limiar do risco de pobreza.

Por Quintil de rendimento

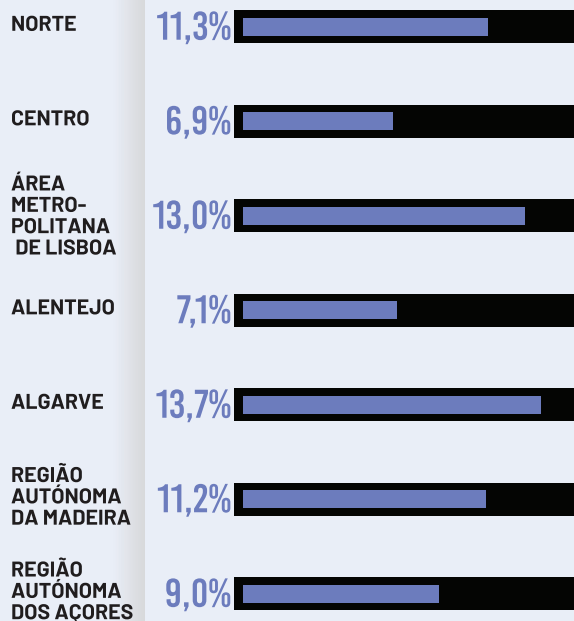
Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021)

1º QUINTIL	2º QUINTIL	3º QUINTIL	4º QUINTIL	5º QUINTIL
18,9%	14,4%	12,6%	4,9%	2,1%

Esta vulnerabilidade acentuava-se particularmente nos primeiros três quintis de rendimento, sendo esta taxa apenas inferior à média nacional (11%) no quarto (5%) e quinto (2%) quintis de rendimento.

Por NUTS 2

Fonte: INE, ICOR 2021

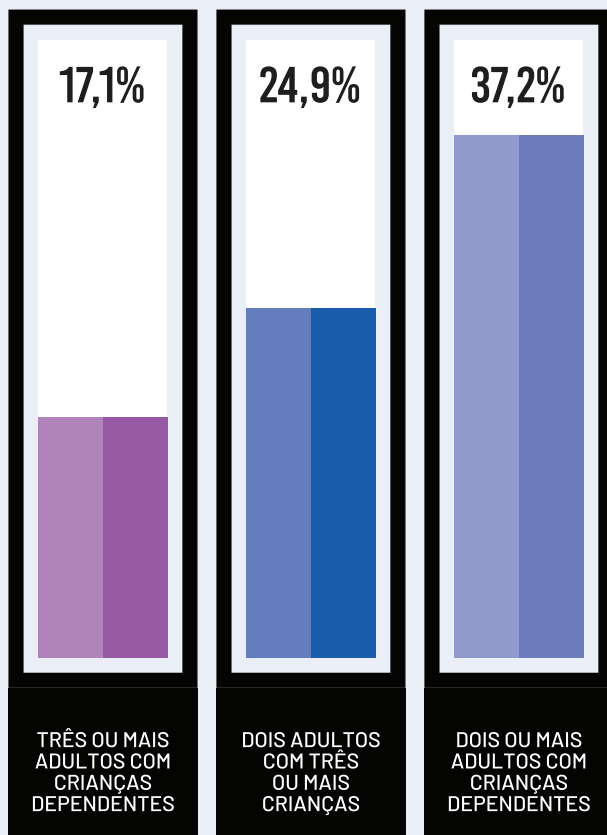


Aqui em casa, com 10, é complicado. (...) Nesse momento, consigo ter dois... cinco quartos. [anteriormente] Estivemos um ano a viver num T2. Foi bastante complicado. Na altura, o Leandro estava no Algarve. Só vinha aos fins de semana, um fim de semana por mês, mas elas, com o irmão mais novo, dormiam num quarto, e o Leandro quando vinha dormia na sala. (...) O quarto era minúsculo, o quarto delas era minúsculo, foi muito complicado conseguir meter as quatro lá dentro. O roupeiro era mínimo, não havia espaço para se meter as roupas delas, as roupas estavam mesmo amontoadas até atrás da porta. Foi muito complicado. (...)

[Sobre gestão do espaço de estudo quando viviam no T2] Ou era no meu quarto ou era na sala. Mas era muito complicado porque, lá está, os mais velhos queriam ver televisão, queriam e não dava. A cozinha também era minúscula, tínhamos de jantar na sala. Os mais velhos, por exemplo, tinham trabalhos para fazer, precisavam de estudar e iam para o quarto delas. Ficavam os outros na sala ou então iam para o meu quarto. Fazíamos assim, pronto. Não havia outra hipótese."

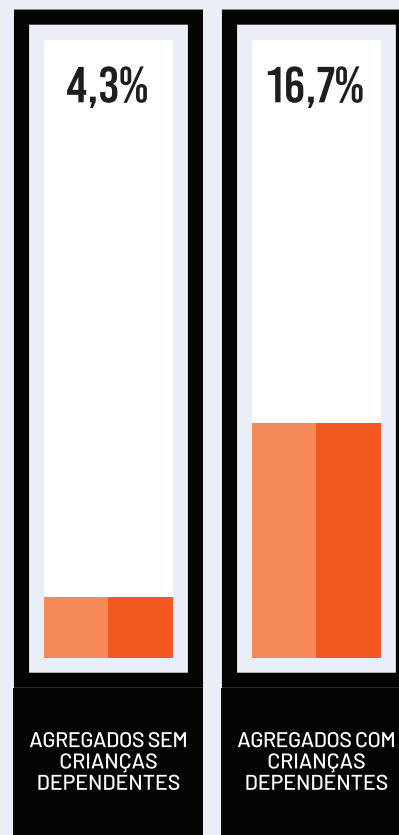
Belmira
ÉVORA

Agregados com maior
sobrelotação (top 3)



Por tipologia de agregado familiar (com ou sem crianças)

Fonte: INE, ICOR 2021





Relatos de vivência em casas com privação severa de condições de habitação

“Começou a infestação de pulga dentro da minha casa. Aí, ele [senhorio] mandou a desinfestação de pulga depois de a gente ter tido diversas discussões por eu ter crianças e ele nem se ter importado nem dar a mínima. Porque eu falei para ele que ele tinha filho e era desumano fazer isso, ele era o proprietário e... E ele mandou uma desinfestação lá para minha casa. A desinfestação foi lá, molharam tudo. Eles molharam tudo com líquido.

Saí da minha casa que o cheiro era muito forte. Fui para o hotel com as minhas filhas, porque ele não... apesar de ele já ter casas de arrendamento, ele não se propôs ajudar em mais nada, nada. Deixou para lá. E a gente sem saber o que fazer aqui, porque eu não conhecia ninguém. Fui para um hotel, fiquei com as minhas filhas lá. O único dinheiro que a gente já nem tinha... tivemos de gastar, porque eu já tinha pago a renda para ele. (...)

Quando retornamos para a nossa casa, depois de três dias, a casa estava toda... com aquele cheiro ainda forte, porque é uma cave, o cheiro não sai fácil. Tudo já verde, as coisas estragadas, pretas, tudo. As roupas da minha filha, da bebé, da outra... a grande maioria da parte das roupas, das nossas coisas, minhas e do meu esposo, tudo estragado. Coisas que a gente tinha: documentos, fotos, tudo assim que era meio de valor também estragou. Estragou tudo, quase. (...). A minha filha ficou com o rosto em carne viva, a bebé. Uma alergia muito forte. Tive de a levar lá para o hospital do Porto, para ela poder ser tratada.”

Rita
LEIRIA

João: *[a casa] Não está boa. Tem rachadelas graves. Esteve cá o engenheiro a dizer que isto pode cair. Só que a nível de espaço, a nível de interior, são boas. Aí a estrutura, a raiz não está bom. Tivemos aqui um engenheiro da Universidade que diz que pode cair. (...)*

Maria: *Olhe, também, por causa da casa, quando estavam lá, estava doente. Via as rachadelas no quarto, eu praticamente não dormia. Tinha medo de que a parede caísse. Está mesmo toda rachada, digamos assim, de ao pé do meu quarto ao quarto dos meninos. E eu tinha medo que caísse e eu não dormia, e apanhei uma depressão por causa disso. Tinha de tomar medicação para a depressão, para a ansiedade, ataques de ansiedade.*

João e Maria
AVEIRO

"E sou uma família monoparental, sou só eu e o meu filho. E a casa que eu tenho neste momento é [risos]... pode ser considerada T2, mas na prática será um T0, porque tem os supostos dois quartos. Mas como não tem janelas, nesta habitação, eram consideradas arrecadações, pronto. Legalmente, seria um T0."

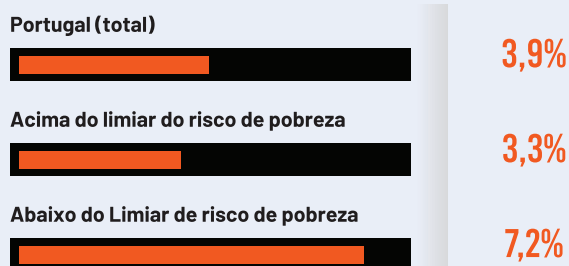
Carolina
ÉVORA

"A casa é muito estreitinha, mas tem três pisos. Mas é muito estreitinha e é feita toda em madeira. Por dentro, aquilo é fasquio antigo e barro. (...) Por cima, está tudo, tudo a cair. (...) Ainda foi em novembro ou dezembro, que eu, de noite, ouvi um estrondo e disse assim: "Hei! E o que é que foi que aconteceu?" E acordei assim muito assustada. Mas eu assim: mas aqui em casa não foi. Levantei-me, dei a volta a tudo. Aqui em casa não foi. E fiquei assim assustada, sim. Quando depois, no outro dia, meto a chave ali no lado, subo a escada, vou lá acima, foi um bocado de parede que caiu. (...) O inverno não foi muito difícil, porque, se fosse, aquilo vem tudo abaixo. Só segura mais um acidente assim propriamente dito o soalho, porque o soalho é daquelas tábuas largas de castanho. Estão muito seguras, e amparam o gramasso ou como chamar-lhe, aquele desabamento da parede. Da parede ficam as pedras à mostra e cai aquela parte toda maciça, cai tudo. Está tudo a cair, tudo."

Margarida
GUARDA

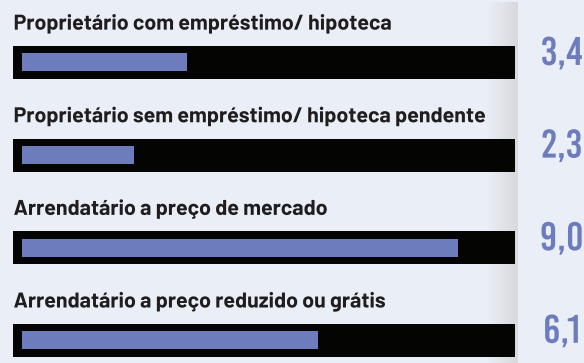
Taxa de Privação severa das condições da habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2020



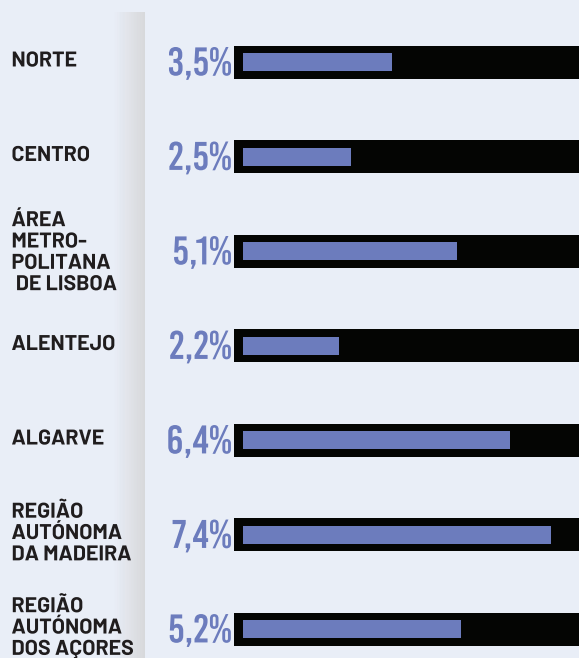
Por regime de ocupação da habitação

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2020

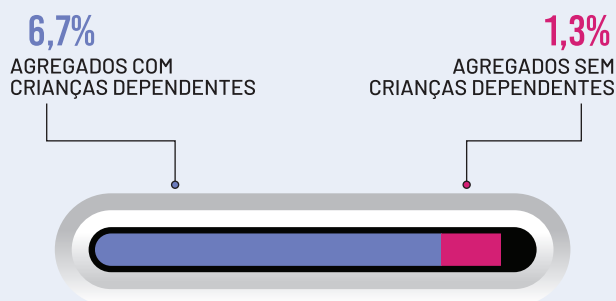


Por NUTS 2

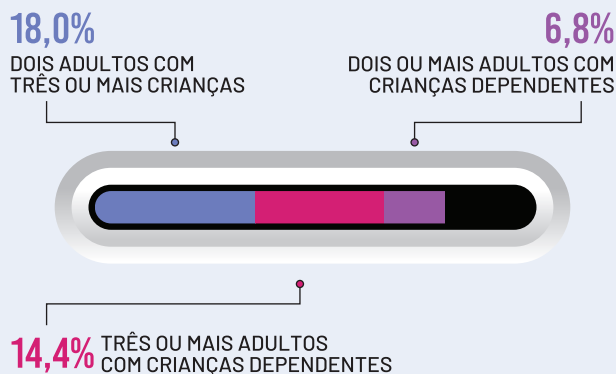
Fonte: INE, ICOR 2021



Por tipologia de agregado familiar (com ou sem crianças)



Agregados com maior Privação severa das condições de habitação (top 3)



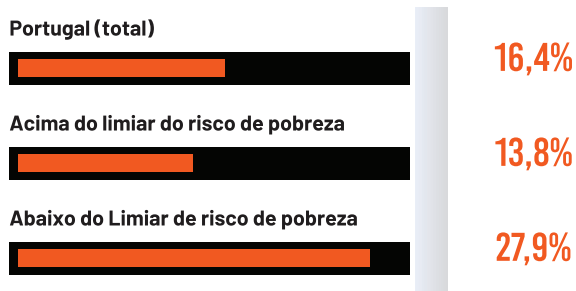
Por Quintil de rendimento

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2021)

1º QUINTIL	2º QUINTIL	3º QUINTIL	4º QUINTIL	5º QUINTIL
7,0%	5,5%	4,6%	2,2%	0,4%

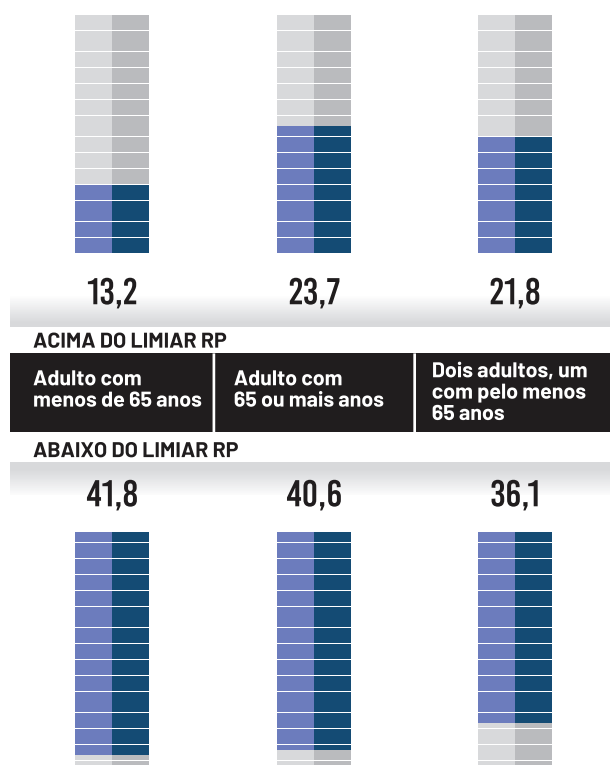
Proporção da população incapaz de manter a casa adequadamente aquecida em Portugal

Fonte: EU-SILC 2021



Em 2021, 16,4% da população em Portugal era incapaz de manter a casa adequadamente aquecida, um aumento de 1,1 p.p. face a 2020. Esta diminuição face a 2020 foi mais expressiva quando considerando a população abaixo do limiar do risco de pobreza (- 5.9 p.p.) comparativamente com a população acima do limiar do risco de pobreza (- 0.5 p.p.).

Por tipologia de agregado familiar (top 3)



Pobreza energética / incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida

“É... ganhares frieiras nos dedos. É... teres frio, é isso. Tens de escolher entre comprar uma botija de gás para poderes aquecer uma divisão ou... só que precisas de prescindir de outras coisas. Só para ter um conforto térmico mínimo, aquele mínimo dos mínimos, é vestir 10 camisolas, é andares com as luvas com os dedos cortados. É... e mesmo assim não é das casas mais fria onde eu já estive porque é térrea... mas sim, tem esse problema. É húmido e frio.

Mas pronto, gostava sim de me mudar para uma casa um bocadinho com melhores condições. Com, pá... uma caixilharia decente, com um isolamento, com uma série de coisas que hoje em dia são tidas como essenciais, não é? Sabemos que a construção mais antiga não tem. Mas a questão é que não consigo encontrar nada que consiga ir ao encontro do preço que, de momento, estou a pagar por aquela casa.”

Joana
PORTO

“Por exemplo, de inverno é o facto de a porta deixar passar muito frio. E em termos da habitação, agora de verão, nós vamos outra vez para um fim de semana bastante quente... pelo menos aqui na minha zona, no Alentejo, é perigoso. E tivemos cá com temperaturas de 47 - 48°C, foi aqui... a minha casa é mesmo tipo uma sauna mesmo. Tipo, você está aqui mas está a transpirar constantemente. Porque depois eu não tenho meios de refrescar a casa, só ventoinha. Mas quer dizer, é ar quente sobre ar quente, não é nada fresco. (...) E, pronto, não tem nenhuma passagem de ar.”

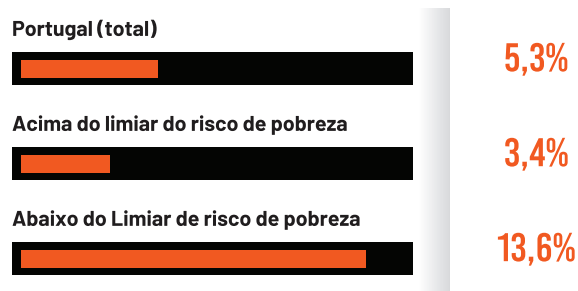
Carolina
ÉVORA

“Também pago a água, a luz e o IMI dessa casa porque sou eu que estou a utilizá-la, de maneira que tenho de poupar a luz e tenho de poupar aquilo que posso, porque senão vai tudo para despesas. Aqui, tenho as minhas calçadas, tenho umas calças de fato de treino, tenho um cobertorzinho nas pernas, tenho uma camisolinha quente e um casaquinho de malha e, pronto, estou abafadinha. De vez em quando, ligo a braseira 5-10 minutos e desligo. Mantenho-me quentinha e assim vou passando.”

Margarida
GUARDA

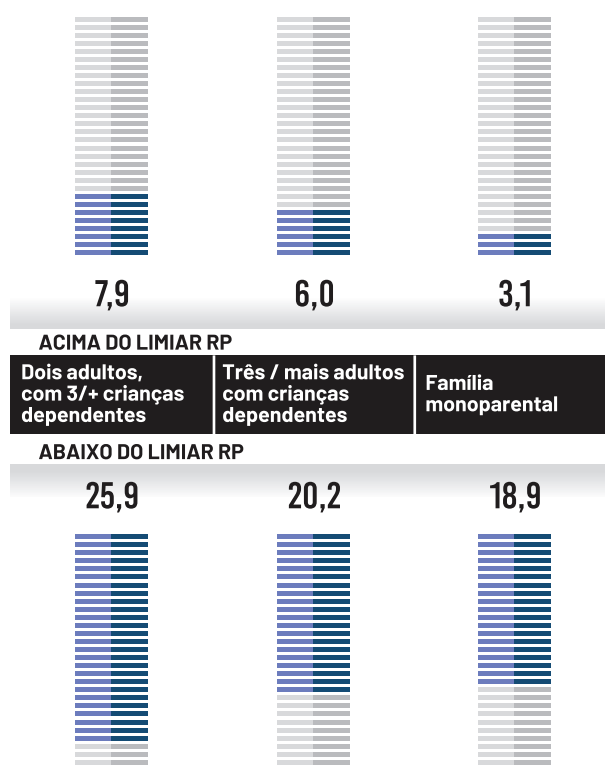
Proporção da população com atrasos no pagamento de contas

Fonte: EU-SILC 2021]



Em 2021, 5.3 % da população em Portugal tinha atrasos no pagamento de contas como a água ou a luz, um aumento de 1.8 p.p. face a 2020. Esta aumento foi mais expressivo entre a população abaixo do limiar do risco de pobreza (+ 5.0 p.p.) comparativamente com a população acima do limiar do risco de pobreza (+ 0.9 p.p.).

Por tipologia de agregado familiar (top 3)





Atraso no pagamento de serviços públicos essenciais

“O resto mais ou menos consigo pagar. Às vezes, quando eu tenho mais dificuldade de... no inverno, porque tenho de pagar duas bilhas de gás... às vezes o que eu faço, por exemplo, é tentar atrasar a luz ou a MEO, porque tenho também de ter televisão e telemóvel, não é? Isto, hoje em dia, tem mesmo de ser. É atrasar uma das contas e ver as prioridades. Normalmente faço assim. Às vezes posso-me atrasar numa, mas depois noutra mês, se conseguir, ajeito a coisa. Vou pondo aqui e tiro dali, pronto, digamos assim.”

Carolina
ÉVORA

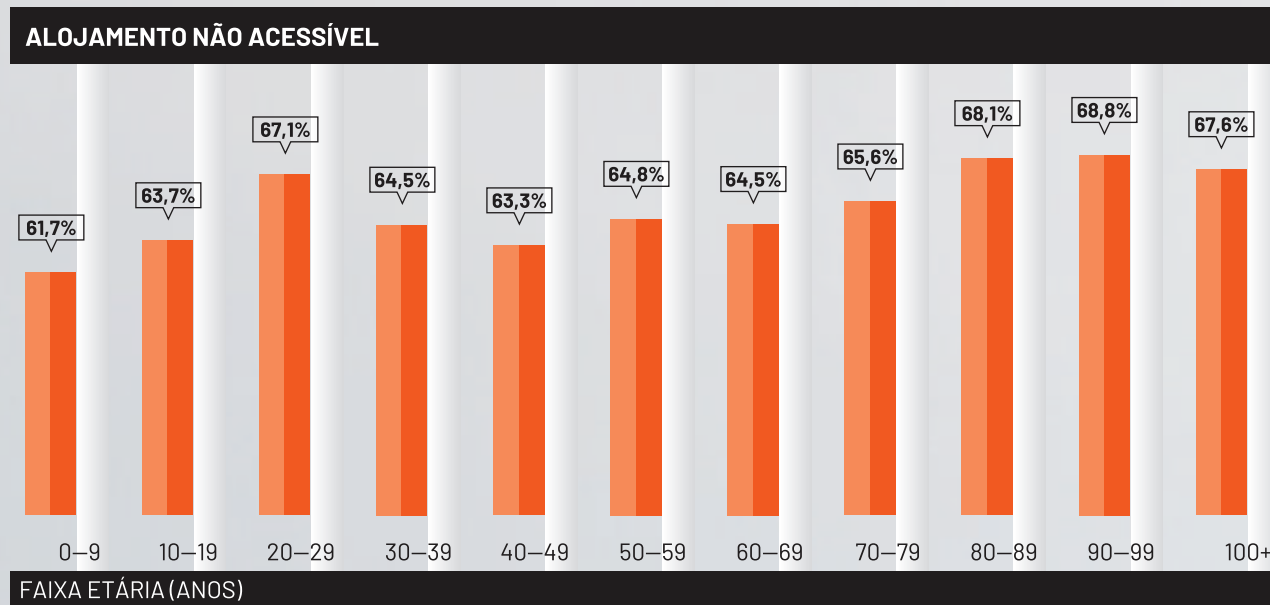
Acessibilidade dos alojamentos familiares a cadeira de rodas

Fonte: Censos 2021



Acessibilidade dos alojamentos familiares a cadeira de rodas

Fonte: Censos 2021



Barreiras físicas e arquitetónicas com impacto na acessibilidade

“O problema ali é a escada (...). Agora, conforme as coisas vão agravando, agora está sendo muito complicado para subir, para descer. Eu tenho de descer com a canadiana. Para subir, tem de ser devagar, por causa das minhas rótulas. Estou à espera também de ser... em princípio, vou ser operada para meter uma prótese no joelho.”

Luísa
VIANA DO CASTELO

“Uma casa antiga que tem uma escada que eu digo que, qualquer dia... eu já a subo de gatas. Para levar roupas, para lavar... já subo um degrau com a bacia, porque eu sou muito doente da coluna. Ponho a bacia num degrau, subo um... ponho-a noutro, subo outro... até ao fim. Porque a escada é muito a pique.

(...) Tenho de tomar banho de joelhos, porque não tem altura. Mas na parte da ponta da banheira, já está um bocadinho mais alta, porque a escada faz o nivelamento, não é? A banheira fica mesmo encostadinha ao fundo da escada. A parte da banheira de cá já tem um bocadinho de altura que, não digo de joelhos, mas assim meio curvada com o chuveiro já consigo tomar banho. E agora, como tenho a piscina - isto no inverno -, tomo banhos segunda e quinta-feira lá em baixo. No fim de semana, tomo aqui que, pronto, regulo-me da melhor maneira que posso.”

Margarida
GUARD

06

Recomen dações das pessoas

Da sobrecarga com os custos com habitação, à pobreza energética ou privação habitacional severa, são várias as vulnerabilidades habitacionais que limitam a concretização do direito à habitação. Estas limitações, além de perversas, introduzem e agudizam desigualdades, que se repercutem em outras dimensões na vida das pessoas e que não se limitam às pessoas em situação de pobreza como vimos pelos testemunhos reunidos ao longo deste livro.

Como podemos, porém, ultrapassar estas vulnerabilidades? Antes de introduzir novas políticas públicas, é importante ouvir as pessoas para compreender as suas necessidades. Que medidas são prioritárias na ótica das pessoas que vivenciam estas vulnerabilidades? Que políticas podem ser otimizadas? ... Sem este diálogo, o risco de criar mecanismos de apoio pouco eficazes é real. Por essa mesma razão, ao longo das entrevistas procurámos compreender quais as principais recomendações elencadas por estas pessoas, as quais sintetizamos por área de intervenção.

06

Recomendações das pessoas

Apoio às comunidades cigana e outras minorias étnicas

Isabel: A única mensagem que eu sempre digo é assim: tanto a Câmara como a Junta, seja daqui seja de onde for, em vez de estarem a tirar os dinheiros fora, a gastar coisas que não é necessário, que ajudem as pessoas que precisam mesmo. E, por exemplo, as pessoas ciganas que queiram mudar...

José: Ciganas ou ciganos.

I: Que queiram mudar e por não terem ajudas não conseguimos mudar. Queremos dar um bom futuro aos filhos, (...) para que possamos conseguir ter bons trabalhos, e não conseguimos. Em vez de atirarem dinheiro fora, como se diz, que ajudem mais as pessoas, tanto ciganos como não ciganos, a construir um bom futuro. (...) Para acabar com o racismo. E para eles pensarem e queiram conhecer um bocadinho mais os ciganos, porque nem todos somos iguais.

Isabel e José
AVEIRO

Regulamentação do mercado imobiliário

“Eh, pá, que houvesse controlo nos arrendamentos nos valores! Lá está, os ordenados que as pessoas têm não dá para pagar uma renda. (...) Se a pessoa vai pagar a renda, sobrevive o resto do mês com que dinheiro?”

Belmira
ÉVORA

“Eu sou uma pessoa sozinha. Supostamente, para eles, sou rica. Não sei como, não é? Mas... depois, tenho rendimentos elevados, mas que também não me permitem sozinha pagar o preço do mercado da habitação. Portanto, acho que há soluções muito interessantes de serem estudadas lá fora, em Barcelona, em Berlim, formas diferentes de equacionar a questão da habitação e do urbanismo também. (...)”

Isso e regulamentar o mercado, porque a habitação é um direito essencial. É tão essencial como beberes água ou respirares (...). A habitação é um luxo e teres uma boa habitação, uma habitação com qualidade e com salubridade não é assim tão simples. Ou limitas, ou impões certos máximos para o arrendamento por exemplo, ou então usas essa questão, este modelo que está a ser usado em Berlim. (...) Em Berlim os preços máximos são regulados, e se a pessoa não consegue ou se ultrapassa a taxa de esforço, tu tens o município a cobrir aquilo que está acima da tua taxa de esforço no arrendamento ...”

Joana
PORTO

“Que baixem as rendas depende, consoante for o ordenado das pessoas. Porque dessa situação, dessa maneira, eu acho que vai voltar a ter baracas. (...)”

No Norte, as pessoas vivem muito do chãozinho que têm para sobreviver. Por isso, que ele [o governo] ponha a renda mais adequada ao que a pessoa pode pagar, para a pessoa poder ter o seu lar e, sabendo que está a ganhar o ordenado mínimo, que consegue pagar as suas despesas, que não fica desorientado (...) para eles poderem ter um futuro mais resolúvel.”

Luísa
VIANA DO CASTELO

Políticas públicas de habitação jovem

“Tem mesmo de se começar a fazer alguma coisa palpável. Aquilo que eles fazem agora, que é um reaproveitamento do Porta 65, não dá, não está coadunado com aquilo que são as necessidades e com aquilo que é o emprego jovem neste momento, que é precário, com contratos temporários a serem proliferados a torto e a direito no nosso mercado de trabalho, e nada disto nos dá segurança para nada. (...)”

É necessário que o Estado coloque os olhos nisso e perceba que um jovem em Portugal não consegue aceder a habitação sozinho, ponto. Não consegue. Ou tem um suporte familiar gigante e uma gestão orçamental familiar que lhe permite ter condições financeiras para nos dar ali algum background e conseguir avançar... caso contrário, não existe, de modo algum possibilidade de um jovem conseguir. Em Lisboa, as listagens para o acesso à habitação e à compra de habitação são listas infundáveis. Tenho colegas meus há cinco, seis anos a candidatarem-se constantemente ao mesmo programa para conseguir ter um apoio e nunca conseguem entrar na lista de selecionados. Portanto, primeiro perceber como é que estas seleções estão a ser feitas.”

Miguel
PORTO

Edifícios devolutos e desertificação de alguns centros urbanos

“Eu acho que o Estado ou a Câmara deviam olhar para estes prédios todos que há nestas condições e dar uma solução. Achava bem... E deviam, e deviam! Porque nós, aqui, é uma cidade pequena, mas é uma cidade bonita. É uma tristeza a gente passar numa rua e ver tudo ao abandono, porque já não há pessoas. As pessoas novas foram todas para os bairros. As pessoas velhas, a maior parte, já morreram e as que existem... isto aqui é pior do que uma aldeia. Já há prédios mais bonitos e mais bem arranjados numa aldeia do que há aqui. Aqui são ruas inteiras, com os telhados todos a cair.”

Margarida
GUARDA

Atenção aos espaços rurais mais isolados

E o que é que gostaria de... que mensagem gostaria de deixar quando pensa na sua habitação e nas condições de vida, de habitação que tem, não é, que mensagem gostaria de deixar para a Câmara Municipal, para o Governo?

Filipe: *Falassessem com as pessoas da aldeia. (...) Falassessem mesmo com as pessoas da aldeia, não só as com as da cidade, e dentro das vilas.*





Assim em que sentido? O que é que acha que falta nas pessoas das aldeias?

F: Melhores condições de vida.

Em que sentido? Que tipo de condições de vida?

F: Capacidades para chegar alguma coisa lá. E, sobretudo, na água e na luz e assim. Nas aldeias, neste momento, é mais fraco.

Filipe
VILA REAL

Fiscalização das condições de habitabilidade

“Eu acho que a falta de atenção de verificar os arrendamentos, se as casas estão... quando alguém colocar uma casa para arrendar, verificar se aquela casa está pronta para ser habitada, sabe? Se a pessoa está apta a entrar naquela casa em condições. Porque tem muita gente que arrenda casa, como eu já vi uma senhora que comprou um apartamento num dia e no outro botou para arrendar e não fez uma pintura dentro da casa, só lavou a parede, entendeu? E você entrou lá para dentro, pode acontecer a maior desgraça que nem aconteceu comigo. Fui enganada, não tive como voltar atrás e dar o braço a torcer. Já tinha pagado quase 500€ só para trazer as minhas coisas do Porto para cá.”

Rita
LEIRIA

07 Notas Finais

É um facto indiscutível que Portugal atravessa uma das piores crises habitacionais dos últimos anos. Só durante 2022, segundo o índice de preços do site imobiliário Idealista², o preço da compra e arrendamento em Portugal subiu 7,1% e 21,1%, respetivamente. Quando recuamos a janeiro de 2019, estes aumentos foram, respetivamente, de 36% e 14%.

Se estes dados já são por si só reveladores das dificuldades que as famílias enfrentam na gestão dos custos com a habitação, quando olhamos aos indicadores e relatos reunidos ao longo desta publicação é possível compreender de forma mais aprofundada o impacto efetivo que o aumento do custo da habitação tem entre as famílias. Em 2021, cerca de 6% da população tinha uma carga de custo de habitação acima de 40% da renda familiar disponível. Este valor aumentava para cerca de 22% quando considerando a população no primeiro quintil de rendimento. Se por um lado nos deparamos com casos de famílias em risco de pobreza que são forçadas a viver em casas sobrelotadas ou habitações autoconstruídas motivado pelo peso dos custos com a habitação, também encontramos casos de adultos e jovens com rendimentos acima do limiar do risco de pobreza, mas que se vêm for-

çados a partilhar casa para fazer face ao custo elevado das despesas com habitação.

Se é um facto que em muitos casos os baixos rendimentos das famílias são um dos fatores que contribui para esta equação, a ausência de uma entidade reguladora do mercado imobiliário, bem como a falta de intervenção e participação do Estado neste mercado são dois aspetos críticos. É importante que exista uma entidade capaz de regular os preços de mercado máximos e combater fenómenos de especulação imobiliária, mas é essencial também que o Estado intervenha de forma ativa neste processo adquirindo ou usando o património imobiliário já existente para também ser um promotor imobiliário e disponibilizar imóveis para arrendamento social e arrendamento a preço acessível para as famílias com menores rendimentos. Sem um papel mais interventivo do Estado neste mercado, principalmente salvaguardando a existência de respostas sociais e de arrendamento acessível que nivelem os valores praticados no setor privado, não é possível uma regulação eficaz dos preços no mercado arrendamento. Por outro, um papel mais interventivo do Estado no mercado de arrendamento é igualmente crucial para mitigar fenómenos de discriminação e exclusão social entre grupos minoritários.

A esta vulnerabilidade acrescem muitas outras retratadas ao longo deste documento, tais como a privação severa das condições da habi-

2. Disponível em <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/>

tação, pobreza energética, a vivência em casas devolutas ou o risco de despejo. Que soluções e políticas públicas podem ser desenvolvidas de forma a mitigar estas vulnerabilidades e garantir o acesso de todas as pessoas a uma habitação digna?

Em Portugal estima-se que existam entre 1,9 – 3,0 milhões de pessoas em situação de pobreza energética. Segundo os dados do EU-SILC 2020, cerca de 16% da população era incapaz de manter a casa adequadamente aquecida e 5% tinha atrasos no pagamento de contas de serviços públicos. Estas estatísticas aumentavam, respetivamente, para 28% e 14%, quando considerando a população abaixo do limiar do risco de pobreza. Segundo dados disponibilizados pela Agência para a Energia (ADENE), de entre os 1,3 milhões de certificados energéticos emitidos entre 2014 e 2020 para alojamentos do setor habitacional, cerca de 70% das habitações em Portugal tinham um desempenho energético médio (classe C) ou inferior³.

Com efeito, a fraca eficiência energética das habitações em Portugal é um problema estrutural que afeta de forma transversal a maioria da população. Mais do que uma questão de ineficiência energética, que se reflete na intensificação de fenómenos de pobreza energética entre as populações mais vulneráveis, estas carências são também uma evidência da pobreza habitacional experienciada. Como analisado ao longo deste documento, há outras carências estruturais que contribuem para agravar estas fragilidades. Em 2020, cerca de 25% da população em Portugal viviam em casas com infiltrações, humidade e apodrecimento de janelas e pavimento, 11% em situação de sobrelotação habitacional e 4% em privação severa das condições de habitação. Estes valores aumentavam para 36%, 19% e 7% quando considerando a população abaixo do limiar do risco de pobreza. Dada a multidimensionalidade destas vulnerabilidades, é essencial que as políticas habitacionais desenvolvidas permitam mitigar estes fenómenos de forma articulada.

Neste contexto, a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética

colocada em consulta pública dispõe de alguns programas (ex. os “Vale Eficiência”⁴), que visam responder a estes fenómenos. O programa de apoio “Edifícios mais Sustentáveis” elaborado no âmbito do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 e da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios é outro mecanismo disponível e que visa o apoio à reabilitação energética e ambiental dos edifícios. Apesar da importância destas medidas, a cobertura e acessibilidade a estes programas é um potencial a melhorar.

Tomando como exemplo o programa “Vale Eficiência”, da forma como está definido, além de ser em muitos casos insuficiente para suportar os custos associados com as intervenções necessárias (ex. isolamento, calafetagem de janelas, etc.), impossibilita a participação de pessoas sem habitação própria, deixando de fora uma proporção importante da população que experiencia estas vulnerabilidades. Já o “Edifícios mais Sustentáveis”, além de ser também apenas aplicável a pessoas com habitação própria, implica um pré-financiamento das intervenções a cargo do proprietário(a), sendo a posteriori reembolsado 70% do valor investido. Este mecanismo não só impossibilita, uma vez mais, a participação de pessoas sem habitação própria, como deixa de fora as pessoas com menores rendimentos.

Sendo uma parte fundamental destes serviços e mecanismos disponibilizados em plataformas digitais, é importante garantir a acessibilidade destas informações a todos os destinatários investindo também num aumento da literacia digital de todos os envolvidos e/ou criando mecanismos alternativos para melhorar a acessibilidade a estas informações quando esta capacitação não é possível.

3. Dados disponibilizados na Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética_VConsultaPúb_2852.pdf (participa.pt)

4. Vale Eficiência – criado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), este programa pretende entregar 100.000 “vales eficiência” a famílias economicamente vulneráveis até 2025, no valor de 1 300 € acrescido de IVA para utilização na remodelação das habitações com vista à eficiência energética

08 Glossário

Alojamento familiar clássico

Corresponde ao alojamento destinado a alojar uma família constituída por uma ou mais divisões num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Alojamento familiar não clássico

Alojamento que, pelo tipo e precariedade da construção, não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico. Está em causa alojamento móvel, improvisado e que não foi construído para habitação, apesar de estar a ser utilizado para este fim.

Carga das despesas associadas a habitação

Indicador que traduz o rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzindo as transferências sociais relativas à habitação em ambos os elementos da divisão.

Carga mediana das despesas associadas a habitação

Valor mediano da carga das despesas associadas à habitação, após a dedução das transferências sociais relativas à habitação em ambos os elementos da divisão.

Sobrelotação Habitacional

Considera-se que uma pessoa vive em agregado familiar sobrelotado se o agregado familiar não dispuser de um número mínimo de divisões igual a: (1) um quarto para a casa; e/ou (2) um quarto por casal; (3) um quarto para cada pessoa solteira

com 18 anos ou mais; (4) um quarto por casal de solteiros do mesmo sexo entre os 12 e os 17 anos; (5) um quarto para cada pessoa solteira entre os 12 e os 17 anos e não incluída na categoria anterior; e (6) um quarto por casal de crianças menores de 12 anos.

Taxa de sobrelotação habitacional

Proporção da população residente a viver em agregados familiares em situação de sobrelotação habitacional.

Taxa de Sobrecarga das despesas em habitação

Proporção da população residente a viver em agregados familiares cuja carga das despesas associadas à habitação é superior a 40%.

Taxa de Privação severa das condições da habitação

Proporção da população residente que vive num espaço de habitação sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

REFERÊNCIAS

INE. 2023. Sistema de Metainformação. Portal do INE. Disponível em <https://smi.ine.pt/>



OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza



PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA